

Nº 530 A.N.T.F
nº 53638

UMA MAIS AMPLA
PARTICIPAÇÃO POPULAR
Ver informação na pág. 11

POVO

CORREIO do

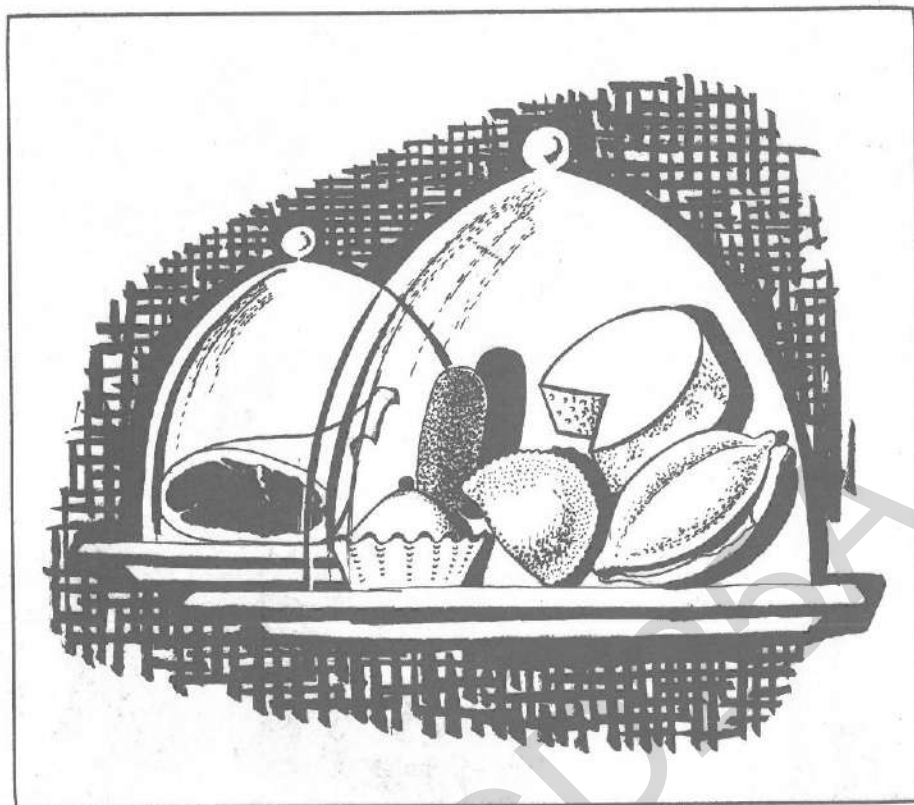


**Ao chegar ao cais
o dia ainda não está ganho**

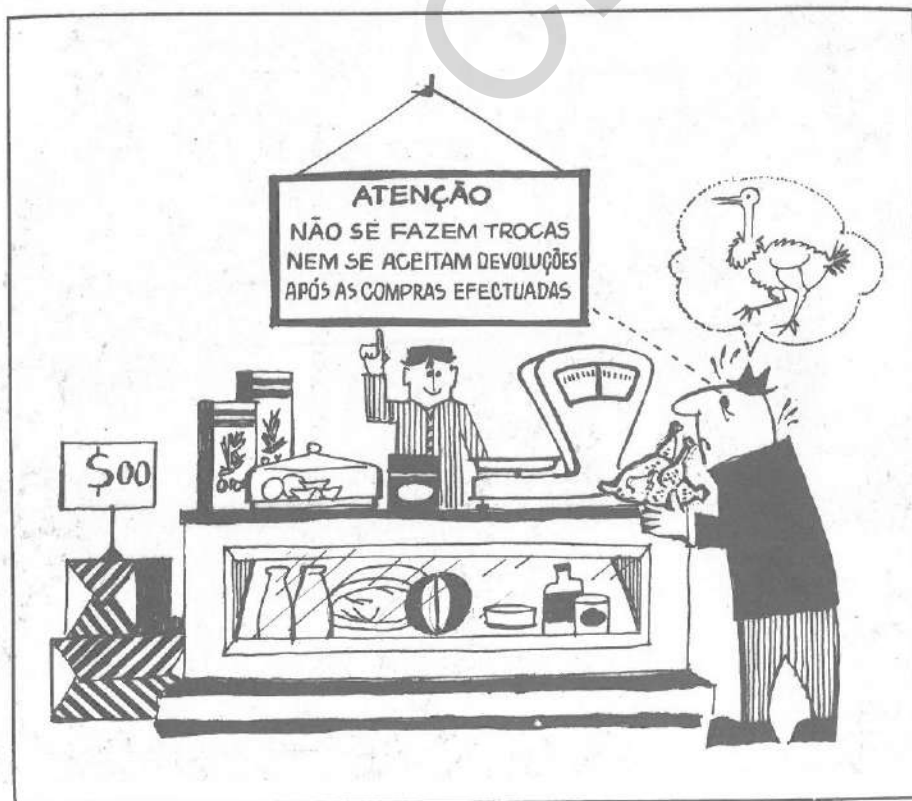
DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL
UNIVERSIDADE
LIBERTE

NORMAS DE HIGIENE

DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS ALIMENTARES



Todos os produtos alimentares devem estar resguardados



Todos os produtos alimentares comprados pelo cliente, são de consumo obrigatório, não podendo ser trocados, ou devolvidos, a menos que estejam protegidos por embalagens individuais

Ano 1 * Número 7
30 de Julho de 1975 * Mensal

Propriedade do
Ministério da Comunicação Social

Redacção e Administração
Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa

Chefe de redacção
António Tavares-Teles

Redacção
Francisco Teixeira da Mota
António Baptista da Silva

Colaboração
Maria de Lurdes Pires Neves
Gina de Freitas
José Guimarães
Diamantino Trindade
Blasco Hugo Fernandes
Alberto Ferreira
Filipe Rocha da Silva
Manuel Tainha

Paginação
Luís Osório
Abreu Lima

Pesquisa
Ethel Silva

Secretária
Maria do Rosário Valdivia

Composição e impressão
Anuário Comercial de Portugal

SUMÁRIO

- 1 — Correio do Povo
- 4 — Reportagem
- 11 — Informação
- 20 — Poesia
- 21 — Literatura
- 22 — Pintura
- 23 — História
- 25 — Arquitectura
- 26 — Agronomia
- 27 — Saúde
- 28 — Entrevista

DESTACÁVEL: *A esperança tem sempre razão*, um texto de Baptista-Bastos

CAPA: *Chegada do mar*, foto de Alberto Gouveia

CONTRACAPA: Poster de Luís Osório

40 000 ex.: DISTRIBUIÇÃO GRÁTIS

PENSÕES DE VELHICE E INVALIDEZ

Foi publicado há tempos no *Diário do Governo* um decreto com o novo regime das pensões de velhice e invalidez referentes aos reformados das Casas do Povo, aos quais lhe era atribuída a pensão de 900\$00 para os homens e 600\$00 para as mulheres.

Mas acontece que o caso tornou-se diferente, pois há distinções entre o regime transitório e o regulamentar. Os do regime transitório recebem só 500\$00 e os outros recebem 900\$00 os homens e 600\$00 as mulheres.

Esta diferença, dizem que é pelo motivo do regime regulamentar terem feito desconto nestes últimos anos para a previdência e os outros não.

Eu sou sócio efectivo da Casa do Povo desde 1945 e paguei sempre as quotas que diziam respeito à minha categoria e, pelo menos 18 meses, descontei para a previdência.

Em 1972 (Junho) ainda paguei, e depois devido à minha doença fui dado como inválido passando à situação de reformado com 200\$00 mensais!!!

Mais tarde aumentaram para 350, o que ainda agora estou a receber, e que no dia de hoje não vale nada.

Eu e todos aqueles de situação igual não teríamos direito a receber maior quantia?

Consta que algumas Casas do Povo fizeram exposições para que as pensões fossem todas iguais o que era justíssimo. Não seria possível o *Correio do Povo* apresentar a quem de direito a reclamação que exponho?

M. Costa
Vermoim — Famalicão

Informaram-nos da Direcção-Geral da Previdência que o Decreto n.º 174-B/75 que trata do regime das pensões vai ser objecto de revisão, tendo sido já formada uma comissão para o efeito.

CONTROLE DAS CASAS DO POVO

Sabendo que vocês enviam a revista *Correio do Povo*, por simples solicitação, vinha por este meio pedir-vos que ma enviassem e estando eu actualmente à frente da redacção do *Jornal de Parede* da minha freguesia, sendo esta essencialmente rural, agradecia mais se fosse possível o envio de comunicados sobre a agricultura, como seja, a formação do cooperativismo agrícola ao nível de minifúndio e como será o controlo das casas do Povo pelos trabalhadores rurais.

Estas são as questões que se põem muito na minha freguesia e que eu

gostaria de ter documentos para afixar nesse mesmo jornal que coordeno.

António Carlos da Cunha Pacheco
Lousada

A Junta Central das Casas do Povo informou-nos que a sua acção, até agora, tem sido sobretudo a de promover um eficaz saneamento e só após terminado este, o que se calcula para fins de Julho, se iniciará um verdadeiro processo de dinamização das Casas do Povo.

Evidentemente que o controlo das Casas do Povo pelos trabalhadores rurais terá de ser obra dos próprios trabalhadores, e não será a Junta Central que decidirá da devolução das Casas do Povo aos trabalhadores. Assim, o amplo papel que está reservado aos trabalhadores rurais na orientação das Casas do Povo só a eles compete definir. As Casas do Povo têm sido vistas unicamente como terminais da Previdência, e embora o continuem a ser, podem ser muito mais do que isso.

A revisão dos estatutos, a criação de novas delegações (ou novas Casas do Povo, onde isso seja possível), o controlo dos fundos da previdência, com decisões sobre os beneficiários, equiparações, etc... e a luta por uma correcta representação das Casas do Povo nos serviços centrais, são tarefas que se põem imediatamente aos trabalhadores rurais.

A transformação das Casas do Povo em locais de encontro e debate, de actividade cultural e artística, e de dinamização da vida colectiva, só poderá ser uma realidade a partir da consciência dos trabalhadores rurais de que as Casas do Povo ao Povo pertencem.

Quanto à formação de cooperativas agrícolas, publicamos neste número um texto do nosso colaborador Blasco Hugo Fernandes sobre o assunto. Se tiver dúvidas concretas, escreva-nos, que as poremos ao nosso colaborador.

CITÂNIA DE SANFINS

Como se apela para os leitores no sentido de escreverem pondo problemas, peço licença para *desabafar* sobre um assunto que se prende com a terra da minha naturalidade (Sanfins — Paços de Ferreira), e que de certo modo está ligado ao Turismo. Trata-se da *Citânia de Sanfins*, castro céltico considerado um dos maiores da Península no seu género, que tem merecido a atenção de arqueólogos nacionais e estrangeiros, que poderia ser um polo de atracção turística e nesse aspecto, se-

gundo me parece, não tem sido convenientemente explorado. A via de acesso à Citânia, por ser bastante íngreme, nem sempre em boas condições transitáveis, devido às enxurradas que afetam o piso. O caminho que conduz ao Museu Monográfico, instalado num prédio solarengo em boa hora adquirido pelo Município de Paços de Ferreira, também necessita de alargamento em determinado sítio. Propaganda turística não tem sido feita e, até uma *Associação dos Amigos da Citânia*, com propósitos de louvar, como se poderá verificar pela fotocópia que incluo, numa local publicada em Agosto de 1968 no jornalzinho regional, não viu até hoje aprovados superiormente os seus Estatutos!

Armando J. Martins Coelho
Porto

Desde Novembro último que existe uma lei de associações que não exige autorização legal para a sua formação e funcionamento. Para tal, basta a entrega dos estatutos no Governo Civil do distrito, e a sua publicação num jornal de grande tiragem, bem como no Diário do Governo. Aconselhamos a criar estatutos o mais simples possível, devido aos custos de publicação, fazendo posteriormente regulamentos internos.

Criada a Associação dos Amigos da Citânia, será a altura de promover iniciativas locais e de lutar junto das autarquias e do Governo central — Secretaria de Estado do Turismo, Av. António Augusto de Aguiar, 86 — para a resolução dos problemas apresentados.

AUXÍLIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS

Solicitando, desde já, nos seja relevada a maçada que vimos causar-vos, permitam-nos que, de seguida, passemos a expor o que até vós nos levou:

Representamos uma pequena agremiação cultural-desportiva, com cerca de sete anos de existência, com estatutos próprios devidamente aprovados, nascida mercê do entusiasmo dum grupo de pessoas desta pequena aldeia (menos de 50 fogos), cuja população é constituída por modestos operários e humildes trabalhadores rurais e indiferenciados, que desejavam a todo o transe criar um pequeno centro de convívio, onde todos pudessem conviver e discutir os seus problemas, obviamente muito limitados até ao 25 de Abril de 1974.

Enfim, apesar de inúmeras limitações, conseguimos, com o sacrifício de todos, construir uma pequena sede associativa, composta por um café, 2 balneários, 1 arrecadação e uma cozi-

nha o que, como princípio já não era mau, ainda que estivesse longe das nossas necessidades.

Com o advento do 25 de Abril 74, a fé num futuro melhor renasceu para todos os verdadeiros portugueses e nós, que sempre nos considerámos como tal, para além de termos vindo a viver da forma mais intensa esta bela libertação, entendemos que, finalmente, era tempo de repensarmos todos os nossos anseios e de começarmos a encarar, objectivamente, as mais caras realizações, tendentes a proporcionar — agora sim — algum bem-estar à população, não só desta aldeia como também de mais duas ou três limitrofes que nos orgulhamos de também representar, até porque já do antecedente existe uma única escola primária para as quatro aldeias e as reais amizades existentes entre todos começam a cimentar-se exactamente nos seus bancos.

Desejaríamos que nos esclarecessem, se o soubessem e pudessem fazer, a que entidades oficiais ou de carácter filantrópico ou benemérito, nos poderíamos dirigir, numa última tentativa de ajuda, no sentido de conseguirmos alguns equipamentos de ginástica, livros para a biblioteca e alguns instrumentos musicais e equipamento de som — ainda que usados, que nós cá nos arranjariamos...

Para já são estes os nossos objectivos que mais nos custa não conseguimos concretizar, o que nos faz sentir derrotados, pois os considerávamos indispensáveis para sentirmos que, realmente, tínhamos sido minimamente prestáveis a esta tão sacrificada e necessitada população.

Associação Recreativa Amarene
Casal da Amara — Batalha

Para a obtenção de apoios no sector desportivo, deverá a Associação contactar com o prof. Mário Costa, delegado distrital da Direcção-Geral dos Desportos, no Pavilhão gimnodesportivo de Leiria. Embora não tenhamos conhecimento de entidades que ofereçam livros para a formação de bibliotecas, aconselhamos a Associação a enviar uma lista dos livros que desejaria obter, para a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos, que com certeza procurará dar a essa aspiração uma resposta favorável.

MAIS UMA ALDEIA ESQUECIDA

Fui colocado, há relativamente pouco tempo, pároco numa aldeia um pouco perdida do concelho de Resende — Ovadas.

Sistematicamente esquecida pelas câmaras do concelho, que inclusive desviou uma verba, dada pelo Estado, para uma estrada que devia vir-se aproximando, não se pode dizer com propriedade que não tenha chegado aqui o 25 de Abril. A notícia chegou, mais nada.

As pessoas continuam a viver e a pensar como os seus avós. Rádios até há bastantes, mas por falta de desenvolvimento e abertura intelectual, muitas vezes entendem ao contrário.

Do Governo, o que querem é que os deixe viver a sua vida em paz.

Vive-se unicamente para o trabalho, sem sentido colectivo, ou de sociedade, nem interesse pelos problemas sociais.

Muitas vezes até com dinheiro, mas sem qualquer condição digna.

Há excepções, claro, mas raras.

Perante isto, a primeira coisa a fazer, mesmo para mim, o primeiro apostolado, é dar a esta gente o sentido de comunidade, promover intelectual e socialmente.

Conscientes de que as estradas são a base do progresso, e trazem abertura em todos os aspectos, temos lutado por ela. Faltam duas fases para ela aqui chegar. Uma que foi a concurso e ficou a cargo do empreiteiro sr. Manuel Jesuino Cordeiro, de Cabeça Veada — Porto de Mós. Este sr. começou imediatamente a obra, abrindo caminho, com as máquinas através de vinhas e campos cultivados e inutilizando ainda parte do caminho único, que nos serve até à estrada.

Até aqui muito bem. Aconteceu, porém, que o referido empreiteiro, por não lhe pagarem, há cerca de dois anos que desapareceu e ficámos sem campos, sem colheitas, sem caminho e com meia estrada.

Sabemos que o Governo, pela Junta Autónoma de Estradas, entregou à Câmara a verba correspondente a esta fase, mas que nunca apareceu.

Agora foi a última fase a concurso (com a anterior por fazer) mas entre a oferta do Governo e a proposta do empreiteiro, há uma diferença de 750 contos. Esperamos, confiantes, que nos façam justiça, pois aqui saem toneladas de cereais e nesta hora o País bem precisa de toda a riqueza nacional.

Mas nem era disto que queria falar; no entanto, quando os problemas se vivem, saltam cá para fora.

O favor de que no princípio falava era este:

Tenho notado um grande interesse pela leitura, principalmente nas camadas jovens.

Ora também os livros são veículo poderoso de promoção.

O *Correio do Povo* tem cá chegado, mas não basta.

Não haverá organismos, de Estado, ou particulares, que ofereçam pequenas bibliotecas? Se sim, gostaria e muito

agradecia transmitissem este nosso desejo.

Certo de que tudo isto é contribuir para uma sociedade mais digna e justa, peço desculpa do tempo que roubei e me subscrevo atenciosamente

Pe. Adalmino Botelho da Fonseca
Ovadas — Resende

Contactámos a Câmara Municipal de Resende, que nos informou que, quanto à 2.ª fase da construção da estrada de Ovadas, tem aquela Câmara insistido com o sr. Manuel Jesuino Cordeiro para que termine os trabalhos, tendo este, até agora, recusado fazê-lo. Quanto à 3.ª fase, a proposta do empreiteiro, sr. José Alves, de Rio de Mouro, foi superior em cerca de 75% à base de licitação. Pediu a Direcção de Estradas de Viseu que lhe fosse remetida uma relação discriminada dos custos da obra pelo dito empreiteiro. A Câmara comunicou este pedido ao sr. José Alves no dia 7 de Junho, não tendo ainda recebido qualquer resposta.

Quanto à biblioteca, vale a resposta dada à Associação Recreativa Amarense.

INFANTÁRIOS E O INSTITUTO DAS OBRAS SOCIAIS

Achei o *Correio do Povo* o meio mais apropriado para a publicação de um assunto que, particularmente me tem feito pensar um pouco acerca da função de certos organismos do Estado.

Por exemplo, o Instituto de Obras Sociais tem a seu cargo diversos infantários espalhados por todo o País e um dos quais é em Barcelos, no Campo 25 de Abril. Este Infantário já está pronto há já bastante tempo e, não sei o porquê da sua inactividade. O certo, é que, no princípio do ano corrente veio uma comissão do I.O.S. para a formação do quadro de pessoal e de um momento para o outro tudo estava de pernas para o ar, resultou que pessoas que já estavam admitidas ao serviço já não estão e acontece que muitas das quais estavam empregadas e actualmente se encontram desempregadas, isto é a consequência da comissão do I.O.S. que na sua vinda lhes confiou colocação e dizendo-lhes para se despedirem dos seus empregos.

Instalou-se actualmente uma outra comissão composta por elementos dos diversos sindicatos, e agora pergunto:

Que organismo do Estado nomeou a dita comissão?

Qual o documento que confere a esta comissão o seu poder de se instalar no Infantário e, a seu bem parecer nomear pessoal?

A quem pedir responsabilidade pelas pessoas que foram admitidas pela comissão I.O.S. e que agora se encontram desempregadas?

Em que ponto está a moralidade e justiça, empregando umas para desempregar outras.

Quem são as pessoas nomeadas por esta última comissão.

Será que o I.O.S. não tem conhecimento que existe um infantário em Barcelos?

Será que o I.O.S. não tem funcionários competentes para escolher o quadro de pessoal?

Será que o I.O.S. desconhece que o Infantário é um estabelecimento para crianças?

Por quem era composta a comissão que o I.O.S. enviou a Barcelos no princípio do ano corrente? Os elementos dessa comissão eram senhoras.

De que são feitos os documentos que essas senhoras preencheram com os nomes das concorrentes e admitidas ao serviço?

Que se vai fazer das admitidas pela comissão I.O.S. que então estavam empregadas e agora não estão?

A quem compete a responsabilidade de tudo isto?

É tudo isto que me desagrada numa altura em que se pretende a harmonia entre as pessoas e a construção duma vida melhor.

Agradecendo desde já a vossa atenção, subscrevo-me, enviando os meus mais cordiais e respeitosos cumprimentos.

António Monteiro Ribeiro
Barcelos

Tendo contactado os serviços centrais do Instituto de Obras Sociais e o Infantário de Barcelos, podemos esclarecer o seguinte:

A comissão do I.O.S. que se deslocou a Barcelos, no início do corrente ano, era composta por Maria José Coutinho, da Comissão administrativa, Maria Emília Martins, educadora e Alice Silveira, assistente social. A sua função foi unicamente entrevistar as pessoas que haviam concorrido aos lugares no Infantário, nunca tendo a dita comissão garantido trabalho a ninguém.

A Comissão instaladora, composta por elementos dos sindicatos da indústria têxtil, cerâmica, construção civil entre outros, foi eleita pelos trabalhadores locais. Verificou a comissão instaladora que as pessoas que haviam concorrido para os lugares do infantário já tinham trabalho. Havendo entretanto pessoas desempregadas, decidiu a comissão, depois de consultados os serviços centrais, abrir novo concurso em que, para além de competência e dedicação, fosse dada prioridade às pessoas mais necessita-

das. Deu-se pois, deste modo, e após recolha de informações, prioridade a pessoas casadas, sobretudo quando ambos os membros do casal se encontram desempregados.

ENCERRAMENTO DE EMPRESAS E DESPEDIMENTOS

Encerrou as portas a Companhia de Tecidos Rio Ave — Cerca de quatro mil pessoas dependentes da grave situação (*O Comércio do Porto* — 31/5/72).

Como vê já passaram alguns anos mas por isso é que venho falar nele, todos nós pagamos ao tribunal por ordem do respectivo sindicato a verba que nos foi solicitada a fim de nos ser pago o que nos ficaram a dever ou seja férias e mais dias, pagámos cada um à volta de 100\$00 para o respectivo processo, coisa curiosa até à data ainda não nos foi dada qualquer resposta, e por isso me lembrei de vos escrever para ver se por vosso intermédio se poderá dar uma achega, pois que é um crime estar uma casa destas a desvalorizar dia a dia num momento em que o Estado tanto precisa de dinheiro, estar ali a deteriorar uma escola, uma creche e tantas máquinas. Já não falo no bairro que esse está a maior parte das casas ocupado por os respectivos operários. Pergunto se já não era tempo do tribunal resolver esta situação, pois que tanto jeito fazia aos antigos operários da extinta fábrica.

José Barbosa
Azurara — Vila do Conde

Para obter informações sobre o caso de que nos fala, deve escrever para a Inspeção-Geral dos Tribunais de Trabalho — Praça de Alvalade, n.º 1, indicando o Tribunal onde corre o processo e, no caso de a acção ter sido proposta colectivamente, deve enviar, igualmente, o nome do 1.º proponente; no caso de ter sido proposta por cada um dos trabalhadores, individualmente, terá de enviar o nome de todos eles.

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta ou postal, a CORREIO DO POVO Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa-2. Informamos que os primeiros 6 números estão esgotados.



Os pescadores trabalham individualmente e vendem o produto a quem quiser comprar.

... e não há quem os proteja. Eles são responsáveis por...

... e não há quem os proteja. Eles são responsáveis por...

Pescadores e consumidores grandes vítimas de um sector em crise



Sete, oito horas da manhã, as traineiras, saídas na véspera ao fim da tarde, regressam ao porto.

Na quarta-feira, dia 2 de Julho último, a pesca foi relativamente abundante. Após quase cinco meses de defeso e greve, os pescadores de Matosinhos foram ao mar pela primeira vez.

Desde que a traineira encosta, as camionetas, velhas carripanas salvas *in extremis* da demolição, vêm alinhar-se, sobre o cais, junto ao barco. À espera do peixe.

Começa, então, o transbordo. Amondoada no convés em toscos compartimentos de madeira, que uma tampa mal

cobre e protege do sol ainda apanhado da primeira manhã, a sardinha é vazada, pelos homens quedados a bordo, para cabazes de 20 quilos, içados, em seguida, por uma corda, a força de braço ou com a ajuda de uma roldana, pelos pescadores subidos para o cais. Que os arrumam na carroçaria da camioneta. Uma vez a carroçaria cheia, a camioneta arranca para a lota, à saída do porto.

A lota, é um espectáculo. Ou um jogo. E construída para tal: um pavilhão coberto, com um recinto onde estacionam as camionetas vindas do cais, diante de uma enorme bancada, onde se insta-

lam os compradores. As pregoeiras, de megafone na mão, começam os lances por cima, pelo preço mais alto atingido: cem, por exemplo, noventa e nove, noventa e oito, noventa e sete, e assim por aí abaixo, até que algum dos compradores remate, com o clássico *chui*, os trinta cabazes mínimos previstos pela lei da lota.

No dia 2 de Julho último, a primeira *maré* desta época para os pescadores da sardinha de Matosinhos, venderam-se alguns cabazes a 178 escudos. Os primeiros, «*autorizados para a exportação*». Mas logo a cota foi por aí abaixo, até chegar ao preço de 2 escudos o cabaz! 20 quilos de sardinha!

Tomemos, porém, como referência mais normal, o dia, 3. As pregoeiras começaram a lançar a 100 (aí pelas nove horas da manhã) e o cabaz foi rematado a cerca de 70 e tantos escudos. Em grande parte pelas vendedeiras que, logo ali ao lado, quatro ou cinco metros adiante, o vendiam a cerca de 100 mil réis! Mais adiante, do outro lado da rua paralela ao porto, comprava-se o *quarteirão* a 17 e quinhentos! E, nessa noite, pagámos cada sardinha assada, num pequeno restaurante da Feira Popular, a 5 escudos!

PESCA ARTESANAL, DO ARRASTO E DA SARDINHA

Poderíamos contar deste modo, e não estava mal contado, o *drama da sardinha*. Mas regressemos ao barco. E, antes de regressar ao barco, detenhamo-nos, um instante, na pesca.

Há três tipos de pesca, em Matosinhos: a artesanal, a da sardinha e a do arrasto. A artesanal, é a filha pobre: pesca costeira, faz-se em pequenas embarcações onde trabalham quatro, cinco homens, apenas. Ocupa cerca de 300 pescadores, que a praticam sobretudo no defeso. «Na pesca artesanal não há salários. O pescador vai ao mar ver se pesca alguma coisa. Se não apanhar nada, não ganha nada e ainda tem as despesas à sua conta» diz-nos Gaspar Miiitão, presidente da Assembleia geral dos trabalhadores do mar de Matosinhos.

— E como se faz a repartição?

— Depende. Uns pescam com redes de emalhar, outros à linha mas, mais ou menos, levam, depois de tirar as despesas, 50% para cada lado. 50 para os pescadores, 50 para o patrão.

— Quem paga as despesas?

— As despesas são pagas por toda a gente. Sai 50% ao patrão e 50% aos quatro ou cinco ou seis ou sete homens que lá andarem.



Cabazes içados a força de braço

É assim a pesca artesanal: garantias nenhuma, para o pescador; apenas a de participar nas despesas, quer pesque quer não.

O arrasto, é a pesca rica. A maré é mais longa, dois, três dias, o pescado é outro. E o pescador já tem salário e percentagem.

— O mestre tem 3 contos e 800 de soldada fixa e 4% sobre o rendimento da pesca. O contramestre, 3.700 e 1,7%, e assim por diante, até ao marinheiro, que tem 3.500 e 1,2% e ao moço, com 2.800 e 0,5% de percentagem. O pescador ganha, segundo Gaspar Militão, uns 8, 9 contos por mês.

Na sardinha, não há salário. Temos a caldeirada.

A caldeirada, é uma remuneração diária fixa, de 80 escudos antes da greve, hoje de 100. Se a captura atingir o mínimo estabelecido.

— Hoje, por exemplo, vendemos 7 000 escudos. Saíram 2 785 para a caldeirada, 100 para cada homem. Se tivéssemos vendido menos de 2 785 escudos, dividíamos-o que desse pelos homens. Podia dar só 20 ou 30 a cada um. E o patrão não ganhava nada. Até perdia, por causa das despesas.

— A partir daí, como se faz a repartição?

— 60% para o patrão e 40 para os pescadores. Esses 40, são divididos em 33 partes e meia. O mestre leva 4 partes, o contramestre 2, o pescador chalandreiro, 1,33 — são 3 os que andam a bordo, nos botes que vão a reboque da traineira, na hora do cerco — e 1% para os pescadores.

A receita mensal do pescador da sardinha é baixa, 4, 5 mil escudos.

Os 2.000 pescadores de Matosinhos — os artesanais, do arrasto e da

sardinha — estão, porém, igualados numa mesma injustiça social: a do seguro de vida, que não lhes garante às viúvas mais do que cerca de 500 escudos de subsídio mensal, sem a mínima indemnização de entrada.

Falámos com Gaspar Militão cerca do meio-dia, na Casa dos Pescadores. Iria deitar-se mais tarde, para regressar ao cais, para o embarque, às seis horas: Os pescadores da sardinha, regressados do mar por volta das 8 horas da manhã, após transbordarem toda a sardinha para as camionetas e limparem e aparelharem os barcos para a saída, à tarde, ficam livres do seu tempo nunca antes do meio-dia. Passam, depois, num café onde, normalmente, é distribuída a caldeirada e, só então, podem pensar em repouso. Um repouso de umas quatro, cinco horas por dia.

Já o mestre, esse, é o último a apresentar-se ao barco e o primeiro a partir. Mas lá chegaremos...

O ARMADOR

Após esta ronda pela pesca, regressemos, pois, à traineira.

A traineira é de um patrão, o armador. Alguns armadores têm várias unidades. José Mota, quarenta anos, ar mais jovem que a idade, roupa moderna, camisa vermelha num fato beije de bom corte, fofoso batedor de argumentos, tem oito! E, no entanto, basta ouvi-lo para ficarmos convencidos que a pesca é o pior negócio do mundo...

— Quando comecei, toda a gente me desaconselhou. No dia em que disse à minha mãe que ia comprar um barco, ela disse-me que eu era louco. Mas eu, embora soubesse que seria, por certo, um mau negócio, arrisquei. Sempre estive ligado à pesca.

— Quer dizer que fez isso por amor à pesca! Ou por amor à falência?

— Não tenho gosto pela falência. Nem pelo prejuízo. Nenhum armador tem. É gente que está ligada à pesca há muito tempo. Tiveram a sua época. A pesca já foi rentável. Tivemos aqui 132 barcos. Depois, a pesca entrou em crise. Ou por falta de peixe ou por haver grande quantidade, começou a dar menos dinheiro, as despesas começaram a ser muitíssimo grandes mas, quem estava agarrado a ela, não tinha outra alternativa. Neste momento só há 50 barcos. E, desses 50 barcos, a maior parte deles deve, hoje, à praça mais do que o seu valor! Se é que os barcos ainda têm algum valor...

José Mota, apesar do quadro negro que traça da situação, foi adquirindo barcos até à soma de oito. Talvez os



José Mota, armador. Ao ouvi-lo, a pesca é o pior negócio do mundo. Tem oito traineiras.

barcos não tenham valor, como ele diz. Ele declara-se, de resto, pronto a entregá-los ao Estado, «se o Estado estiver disposto a nacionalizar a pesca. Desde que me permitam manter as minhas outras actividades, na ELECTROMAR. Foi com isto que comecei».

A ELECTROMAR, é uma firma de que José Mota é o principal sócio. Uma sociedade especializada em electrodomésticos, que tem capacidade para resolver praticamente todos os problemas de manutenção eléctrica das traineiras do grupo, bem como, através de um outro departamento, todos os problemas de abastecimento de combustível (gasóleo). Por isso o armador propõe uma solução que não poderia deixar de ser 100% rendosa para ele: desfazendo-se dos barcos, hoje um negócio difícil, mal chegando os seus rendimentos para assegurar a amortização do empréstimo contraído para a sua aquisição, desfazia-se do sector deficitário das suas actividades, guardando toda a capacidade de abastecimento e manutenção técnica de uma frota que deixava de proporcionar-lhe riscos. Neste caso, guardaria o Estado o déficit ou o risco e o empresário privado a garantia do benefício.

José Mota comenta:

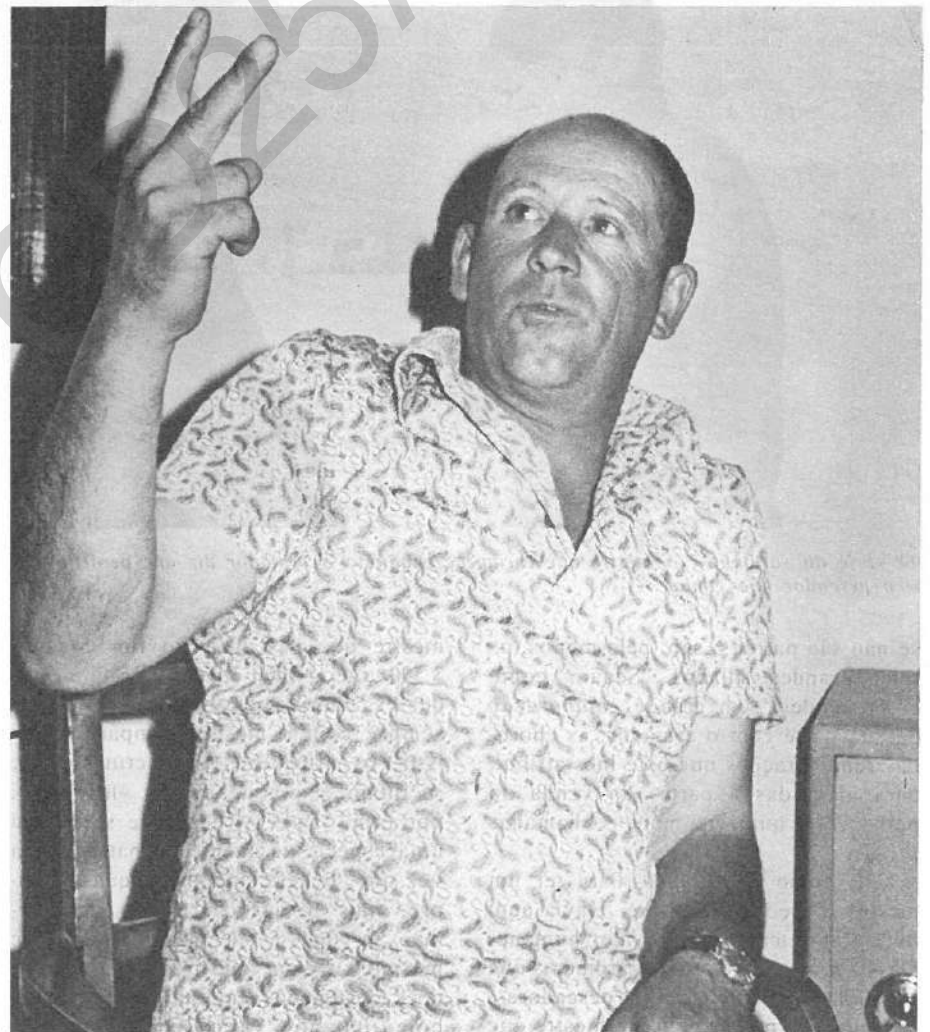
— A situação não me preocupa. Tenho a minha consciência tranquila. Faço o melhor que posso e sei que, se perder tudo, apenas fico como dantes. Não tinha nada. Comecei com 15 contos

— Quanto ganha?

— 17 contos por mês. 5 pela Electromar, 7 pela empresa de pesca, e mais 5 por outra, a Rainha do Mar. 17 contos. E trabalho 12. 13 horas por dia.

— Os pescadores vivem pior que o senhor!

— Se eu fosse a pensar em determinadas coisas que eles pediram (aliás eu disse isso ao Ministro do Trabalho e ao Secretário de Estado das Pescas), teria que deixar de ser empresário. Seria absolutamente irrealista. Para aumentar a caldeirada de 80 para 100 escudos, suprimi os 2% da quinzena que dava



Gaspar Militao: o v da vitória não é para já. Ainda há muita coisa a ganhar

aos mestres. Disse-lho ainda ontem. Chamei-os aqui. Não posso. Não posso, não dou! Eles compreendem. Pode falar com eles. Eu nunca tive problemas com os pescadores. A pesca não dá. Se atendéssemos a tudo o que eles querem, o Estado teria que intervir. Passávamos a bola para o Estado.

O MESTRE

Os armadores queixam-se e estão mesmo dispostos, pelo menos verbalmente mas, também, com alguns números demonstrativos (José Mota exibiu-nos toda a sua escrita) a ceder os barcos ao Estado. Condenam a pesca da sardinha nos termos em que é feita, com tal tipo de barco, que não tem autonomia para mais de uma noite; é lamentam não poder pagar melhor os pescadores.

Dentro do barco, porém, uma outra classe, nem armadora nem pescadora, se desenvolveu: a dos mestres.

Pescadores, patrões, os mestres? Um misto de uma coisa e outra, pois, não sendo exactamente pescadores, vão contudo ao mar e orientam a pesca; e,



Mestre Vicente desembarca, às oito da manhã. 4 partes já estão no bolso



O «Pelé da sardinha», o mestre que enriquece enquanto o armador diz que perde e o pescador não ganha

se não são patrões, são, pelo menos, os seus grandes aliados. Senão, como compreender, sem grande *colaboração* da sua parte com o armador, as churdas remunerações que este lhes atribui: para além das 4 partes da venda do peixe, 2% à quinzena mais as chamadas *luvas*:

— É como no futebol. Para ter um mestre é preciso pagar-lhe. Havia aqui uma grande carência de valor humano. Desse modo, não era o armador que escolhia o mestre, eram os pescadores, que queriam pescar com um mestre que lhes garantisse uma boa captura. Um

mestre que pescasse, ao fim do ano, 3 500 ou 4 000 contos. Um mestre desses tem a possibilidade de contar sempre com a mesma companhia. Por isso, os armadores os recrutavam, e recrutam a preços dessas «luvas». E por isso, também, o mestre se tornou uma espécie de agente do patrão, uma vez que, beneficiando, até, quase sempre, mais do que o armador, do sistema, se une a ele na defesa desse mesmo sistema, que implica as condições desumanas em que vivem, ainda hoje, um ano e vários meses após o 25 de Abril, os trabalhadores do mar.

O mestre é, pois, o primeiro e, às vezes, o único grande beneficiário da pesca, se exceptuarmos a grande vantagem que tem representado para os armadores a capacidade de conseguir empréstimos dos bancos, de lhes permitirem a realização imediata de um capital que investem noutros sectores da sua actividade. Talvez por essa razão José Mota veja com tão bons olhos a nacionalização dos barcos, desde que lhe seja garantida a propriedade das empresas que lhe permitem viver da pesca sem pescar. Um mestre ganha, tudo incluído, umas largas, muito largas centenas de contos ao ano. Tomemos por exemplo, o caso do chamado «Pelé da sardinha», um dos mais bem sucedidos, é certo, no ano passado: 4 partes da venda, 320 contos (cada pescador ganhou, apenas, 80!); mais a percentagem quinzenal (2% sobre cerca de 7 mil contos), o que faz 140 mil escudos; mais as luvas, de que o mestre não quis revelar-nos o montante. Este homem ganha, hoje em dia, mais 15 contos mensais do aluguer de casas que comprou, o que significa 180 contos por ano. Façamos as contas: 320 contos, mais 140 mais as luvas, mais a riqueza conseguida no mar. (as casas) 180 contos, e estaremos muito próximo dos mil contos anuais!

J. Vicente é o mestre do *Patrão Lagoa*. O barco em que fomos ao mar. Levantamos-lhe a questão.

Respondeu-nos, não sem algum constrangimento:

— Sou mestre há muitos anos, mas estou totalmente de acordo que a vida de toda a tripulação, desde o mestre ao moço, passando pelo motorista, fique estabilizada. O mestre ganha 4 partes e o tripulante I e o tripulante também tem que sustentar mulher e filhos.

— Há pescadores que ganharam, no ano passado, cinquenta e poucos contos. A maior parte deles.

— Os meus, por exemplo. Eu ganhei 4 partes, 200 e tal contos.

— Fora percentagem à quinzena e luvas. Acha isso certo?

— Não acho. Deve dar-se mais ao tripulante.

— Estaria disposto a prescindir de parte do que ganha, entrando, inclusive, para uma cooperativa com os pescadores?

— Isso não seria possível!

— Pensa que o patrão deste barco ganhou, no ano passado, tanto como o senhor?

— Não sei, não vou ver as contas dele. Mas ele tem muitos encargos. Encargos pesadíssimos.

— O patrão e o pescador queixam-se do mestre. Já ouvimos, até, dizer que o



Os migrantes de Espinho, Esmoriz e Póvoa dormem e comem a bordo. A traineira é local de trabalho e residência

mestre é o «burguês» da pesca, o «fascista».

— O mestre não é burguês, o mestre é o homem que acarreta com a responsabilidade no barco, desde o armador à tripulação, desde a tripulação às autoridades marítimas, pois tudo quanto se dá a bordo é da sua responsabilidade.

— Como se chega a mestre?

— Cada barco é uma escola.

— Mas esses homens aí do *Patrão Lagoa* não vão chegar a mestres, com certeza.

— É uma questão de quererem. Ser mestre não se estuda, é uma questão de vontade.

— Como chegou a mestre?

— Comecei como moço. Desde pequenino, aos 12 anos.

— Não teve padrinhos?

— Não, não tive.

Tendo tido ou não padrinhos, tendo ou não a maior responsabilidade a bordo, mestre Vicente continua a ser o último a chegar ao *Patrão Lagoa*, o primeiro a partir, e continua a ganhar dez vezes mais que os homens que repartem tudo com ele, sacrifícios e riscos. Menos os lucros.

GREVE: REIVINDICAÇÕES ACEITES E RECUSADAS

Atraves da greve, os pescadores da sardinha conquistaram algumas vantagens, que não alteraram, contudo, fundamentalmente, nada da sua situação.

Gaspar Militão facultou-nos, de resto, o documento, assinado por representantes do Sindicato de Matosinhos núcleo da sardinha e do Ministério do Trabalho, que estipula, (nas suas linhas mais importantes) como já referimos, a caldeirada a 100 escudos, a repartição

que também já referimos, uma distribuição de prémio de produção, que vai de 1% até 3%, segundo que a vena vá de 1 500 até mais de 3 000 contos. Prémio esse repartido da mesma forma que o montante da venda, quer dizer, 4 partes para o mestre, 2 para o contratamestre, 1 para o pescador. Estipula, ainda, um descanso semanal desde o fim do trabalho, na sexta-feira, até às zero horas de domingo para segunda.



A bordo da «Patrão Lagoa»: «Quisemos modificar todo o clausurado, mas os armadores não aceitaram o nosso projecto»

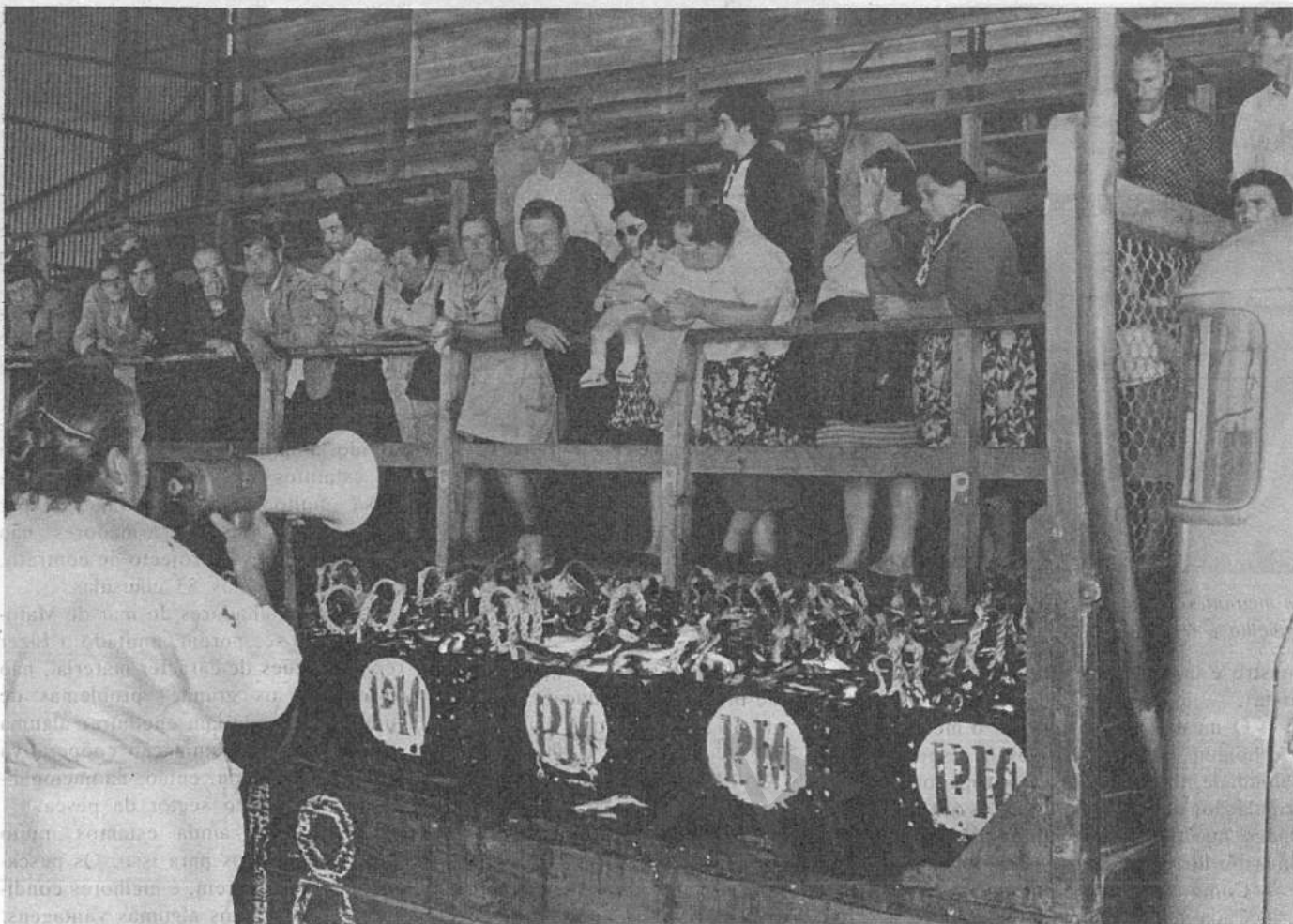
bem como um seguro de haveres na ordem dos 5 contos, para perda total.

Não foi, por outro lado, aceite uma reivindicação de aumento de salário na ordem dos 4 400 para o mestre, 4 200 para o contratamestre, 4 000 para o pescador e 3 600 e 3 300 para os moços, com percentagens de, respectivamente, 3%, 2%, 1,6%, 1,2% e 1% e 0,8%, e com uma cláusula exigindo um 13.º mês e férias de 26 dias úteis, acrescentando ainda que, sendo esses salários calculados na base do salário mínimo, eles variariam desde que esse salário mínimo variasse.

— Quisemos modificar todo um clausurado, a matrícula, quer dizer, um tipo de estatutos marítimos que era uma coisa muito antiga — fala Gaspar Militão. — Mas os armadores não aceitaram o nosso projecto de contrato, que tinha algumas 53 cláusulas.

— Os trabalhadores do mar de Matosinhos têm-se, porém, limitado a fazer reivindicações de carácter material, não levantando os grandes problemas de fundo, que poderiam encontrar alguma solução numa organização cooperativa dos pescadores ou, então, na nacionalização integral do sector da pesca.

— Nós aqui ainda estamos muito pouco preparados para isso. Os pescadores, o que querem, é melhores condições de vida, mais algumas vantagens. Falta ainda aqui muita politização.



Na lota: cinco metros adiante, a sardinha vale 30% mais!

COMERCIALIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO

Entretanto, desde que a camioneta, vinda do cais, carregada de sardinha, entra na lota, outros grandes problemas começam: o da comercialização, o da industrialização (conserva) e o da distribuição pelo interior do País.

Já vimos como uma simples vendedeira remata trinta cabazes pelo preço unitário de, por exemplo, setenta escudos para vendê-lo, cinco metros adiante, por cerca de 100. À saída da lota da sardinha encontrámos, contudo, mesmo ao lado, uma outra lota, semi-oficial: a dos vendedores de sardinha vinda de outros portos, sobretudo de Peniche, que concorrem a venda local, controlando os preços, quantas vezes mesmo através de sinais feitos de uma lota para a outra.

Porque, sobre a pesca pesa, ainda, a força dos comerciantes, que se estendem ao longo da costa portuguesa, controlando os preços e fazendo, sem grande esforço, chorudo negócio. Pois,

como vimos, à medida que nos afastamos do cais, as cotas da sardinha vão aumentando vertiginosamente. E, no entanto, vendida ao desbarato ou «indo para o latão» quer dizer, para fazer farinha de peixe, ela não é praticamente distribuída pelo interior do País: e, quando o é, chega a preços totalmente desproporcionados com as cotas verificadas à saída da lota.

Mas uma grande parte do peixe era absorvido pela indústria da conserva. E esse é mais um dos grandes problemas que afligem os trabalhadores do mar pois, hoje, as fábricas estão completamente cheias de mercadoria que não conseguem escoar e não existe uma rede de frio (câmaras frigoríficas) que permitam armazenar o excedente em boas condições de comercialização e industrialização futuras. E aí entra uma outra das principais questões que nos foram postas pelos pescadores: a do peixe estrangeiro adquirido, a certa altura, para conserva, sardinha russa e japonesa, sobretudo, que impede a aquisição, por parte dessas fábricas, da captura actual, em condições suportáveis pela classe trabalhadora do mar.

— É uma questão de quantos set...
 Todos estes são problemas que levantámos, nos levantaram e trouxemos, pois, de Matosinhos, connosco. Mais: pedimos aos pescadores com quem falámos para nos escreverem as perguntas que entenderiam pôr ao Secretário de Estado das Pescas, se nessa hora estivessem perante ele. Essas, e outras perguntas fomos, pois, pôr a Mário Ruivo numa tentativa de encontrar respostas para a quantidade de problemas que assola este sector tão crítico. Tão crítico que nos deixou na ideia de que, mais do que nenhum outro, ou muitos outros, merece uma decisão radical: a nacionalização integral pura e simples, decisão a que o Secretário de Estado não negou méritos e alcançou, mesmo de «a mais fácil», dependendo, contudo de uma vontade política mais vasta, que ultrapassa, naturalmente, este sector restrito. Cremos fechar, assim, com a entrevista com Mário Ruivo da pág. 29, de modo conclusivo e actuante esta reportagem, deixando, a todos os trabalhadores do mar, a nossa solidariedade e alguns elementos de resposta governamental para os seus problemas.

A Assembleia do MFA decidiu:

Uma mais ampla participação popular

A última Assembleia do MFA reconheceu os organismos populares unitários de base (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia...), que se desenvolveram decisivamente após o derrube da ditadura fascista. Reconhecimento não só da existência física dessas organizações populares, mas também, e muito principalmente, do papel fundamental que, hoje tal como amanhã, virão a desempenhar no avanço e condução do processo revolucionário.

Essas organizações populares de base têm as seguintes características:

1.º Ninguém melhor do que elas poderão reflectir os justos anseios e necessidades das massas populares e trabalhadoras que representam e perante quem respondem.

2.º Garantem a unidade apartidária da classe operária e das massas populares. O apartidarismo não significa que os partidos políticos não estejam representados nessas organizações. É evidente que o estarão, se possuírem, realmente, uma implantação na classe operária, nos camponeses, nos trabalhadores. Aos militantes partidários, lá representados, cabe a apresentação de propostas, que terão de ser ampla e democraticamente discutidas. Serão aprovadas aquelas que obtiverem o consenso da maioria dos elementos que integram essas organizações.

3.º A *democraticidade interna* que deve existir, e que tem a ver com o que dissemos atrás.

4.º Poderão ser destituídos, em qualquer momento, os elementos que detêm o poder executivo e de coordenação, pelas assembleias que os elegeram.

O projecto emanado da Assembleia do MFA é considerado um «documento-guia» — pois alterações são possíveis — e define, de uma maneira muito clara, a Aliança do Povo com as Forças Armadas. Aliança, que é o garante do nosso processo revolucionário em direcção à sociedade socialista e, que se estreitará, de forma inabalável, nas acções práticas das unidades militares com as organizações populares.

Como diz o documento, a estrutura que corresponde ao actual desenvolvimento da organização popular vai até às assembleias populares locais. Isto diz bem do muito que há a fazer na concretização deste projecto. É necessário mobilizar todo o nosso esforço e capacidade na consolidação e avanço da organização popular, o que passa pela coordenação a nível local, regional

e nacional de todos estes organismos que exprimem a vontade directa do povo trabalhador e das unidades militares.

Após a aprovação deste documento pela Assembleia do MFA — que dada a sua importância transcrevemos a seguir —, assistimos a uma grave crise política, que culminou com a necessidade de formar novo Governo. Crise, que se iniciou com o repúdio e a desaprovação das formas de organização preconizadas pelo documento aprovado na Assembleia do MFA, por parte de certos grupos políticos, que não vêem com bons olhos a organização autónoma — apartidária — das massas populares e, o exercício do poder por parte destas.

Sem o que não há, nem poderá haver, Socialismo.

Mais grave, contudo, foram os recontros violentos que se deram em alguns pontos do País e que opuseram, muitas vezes, trabalhadores contra trabalhadores. Esta onda de agitação e violência causou, já, infelizmente vítimas inocentes. Lembramo-nos muito especialmente do soldado Eugénio, morto em Aveiro.

Os trabalhadores precisam de preservar a unidade da sua organização em comissões de trabalhadores, de moradores, conselhos de aldeia, cooperativas, ligas de pequenos e médios agricultores com o Movimento das Forças Armadas.

1 — INTRODUÇÃO

A aliança POVO-MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente. A acção libertadora do 25 de Abril, continuada por todo um conjunto de atitudes do MFA e dos partidos progressistas e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido manter um nível suficiente de coesão POVO-MFA. No entanto, a manutenção e consolidação da aliança POVO-MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes exploradas. Neste aspecto urge prosseguir a obra iniciada em 25 de Abril de 1974. É dentro do âmbito de uma Revolução Cultural,



pela aplicação das potencialidades militares e civis, nos campos técnico, humano e material que se mobilizará decisivamente o Povo para a Revolução. A prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Esta premissa «sine qua non» de consolidação da aliança, está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide.

Por outro lado, e ainda numa intenção de mobilizar o Povo para a Revolução, é necessário que às massas trabalhadoras sejam asseguradas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, numa prática democrática, independente e unitária. Torna-se necessário aproveitar concretamente esta realidade fundamental, aliança POVO-MFA, estimulando-a e apoiando-a para a DEFESA e DINAMIZAÇÃO da Revolução em curso.

A Defesa e Dinamização da revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas:

a) Fomentar a participação revolucionária das massas, no sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular;

b) Defender a Revolução dos ataques das forças reaccionárias, através de uma consciencialização profunda das exigências do processo e da criação de organismos de defesa;

c) Vencer a BATALHA DA ECONOMIA.

Enquanto a produção não for suficiente para as necessidades globais do País será necessário um grande esforço das massas trabalhadoras. É fundamental portanto vencer-se a batalha da economia superando o fraco desenvolvimento das forças produtivas, ampliando e desenvolvendo o controlo operário, alargando-se o campo do sector estatal e procurando-se a acumulação necessária à nossa independência económica.

Para assegurar o cumprimento dos pontos anteriormente indicados, terá de se cuidar:

A — NO CAMPO INTERNO

a) De criar e desenvolver um amplo sector estatal, que seja o reflexo do domínio da economia nacional por parte de um Estado Democrático, em substituição de uma economia privada dominada pelo capital monopolista, que paralisa o desenvolvimento da produção;

b) De substituir uma estrutura agrária de profundas raízes feudais por uma outra que possibilite a expansão do progresso, objectivo claramente definido na Reforma Agrária, cuja aplicação



O MFA chega para trabalhar com o Povo

deverá ser escrupulosamente controlada pelas massas trabalhadoras rurais organizadas;

c) Saneamento do aparelho de estado, bem como sua descentralização com vista à construção de um aparelho do Estado de base popular de modo a que, através de uma coordenação eficaz, se dinamizem as potencialidades das iniciativas dos órgãos populares locais, associados a uma ampla autonomia de decisão e de capacidade de resposta, no domínio do poder financeiro, o que porá o produto do trabalho nacional ao efectivo serviço das massas trabalhadoras.

d) De incentivar e apoiar as formas de controlo dos meios de produção pelos trabalhadores;

e) Definir uma política económica global onde se insiram os sectores prioritários de desenvolvimento;

f) De definir uma política económica em cada um desses sectores.

B — NO CAMPO EXTERNO

a) Garantir, até às últimas consequências, o cumprimento do processo de descolonização em África porque, numa perspectiva histórica, lúcida e desapaixonada, o futuro independente de Portugal terá que assentar numa base de fraternas relações com as nossas ex-colónias, no domínio das relações políticas, sociais e económicas;

b) Evitar qualquer tipo de hegemonia ideológica, política ou económica, sobre o processo revolucionário português;

c) Garantir a manutenção de relações cordiais com todos os povos do globo; e consolidar um poder económico que

garanta a independência nacional.

Não se pretende, **NEM IGNORAR OS PARTIDOS** devotados à construção do socialismo, **NEM MILITARIZAR O POVO**;

Pretende-se criar uma organização de massas que no momento actual, dentro de uma perspectiva correcta de luta de classes, congregue unitariamente os trabalhadores e chame a si as tarefas concretas de Defesa da Revolução, atrás descritas.

Esclarece-se que a Revolução se defende com a **CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS**, através de **ORGANIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, TRABALHO, DISCIPLINA e AUTORIDADE** e com o **AVANÇO EFECTIVO** para a implantação do **PODER DAS MASSAS TRABALHADORAS**. Esta organização de massas promovendo, pela sua formação e prática, a unidade das massas trabalhadoras, criará condições para que os partidos políticos interessados na construção do socialismo encontrem formas de cooperação e entendimento que levem à unificação dos seus esforços para a correcta consolidação da vanguarda política do processo revolucionário.

Estes objectivos passam pelo cumprimento do Programa de Acção Política apresentado pelo Conselho da Revolução, por uma prática unitária do Governo Provisório, por uma política de informação ao serviço do processo revolucionário e por uma prática do MFA de exemplar unidade, austeridade, autoridade e disciplina. Este último ponto entende a prática revolucionária da crítica e autocritica no seio do MFA.

Em face do que fica exposto sugere-se a seguinte estrutura da Aliança POVO-MFA:

2 — ESTRUTURA DA ALIANÇA POVO-MFA

2.1. — EXPLICAÇÃO ORGÂNICA

2.1.1. — A estrutura da Aliança POVO-MFA terá três linhas fundamentais: a do MFA, a Popular e a Governamental. Dentro desta fase de transição o aparelho de Estado deverá ser saneado e progressivamente substituído descentralizando os seus poderes (administrativo e financeiro) permitindo a iniciativa local sob o controlo, fiscalização e progressiva tomada de poder pelos organismos populares.

2.1.2. — As Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de base popular formarão Assembleias Populares Locais, de Freguesia ou por área a definir.

2.1.3. — Destas Assembleias Locais se formam as Assembleias Municipais e assim sucessivamente até à Assembleia Popular Nacional.

2.1.4. — A participação do MFA começa nas Assembleias Municipais e Distritais pelas ADU's, nas Regionais pelas ADR's e na Nacional pela AMFA. Entenda-se que as ADU's são assembleias de unidades do Exército, Marinha e Força Aérea.

2.1.5. — O Conselho da Revolução é o órgão máximo da soberania nacional.

2.1.6. — As Assembleias Populares são apoiadas pelo MFA e órgãos do aparelho de Estado, exercendo sobre estes controlo da gestão pública na qual participam.

2.2. — LANÇAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

2.2.1. — Numa primeira fase as ADU's incentivarão, através de sessões de esclarecimento e informação, o lançamento das Comissões de Moradores e Trabalhadores nos locais onde ainda não existem. Nos locais onde já existem estruturas desta natureza haverá igualmente sessões de esclarecimento e informação sobre os verdadeiros objectivos do MFA. Posteriormente em contacto com estas organizações de base colher-se-á a experiência da sua prática recolhendo ensinamentos que serão divulgados no sentido de melhorar os procedimentos e alcançar resultados. Após a apreciação pelo MFA proceder-se-á ao reconhecimento das organizações.

2.2.2. — Numa segunda fase, a curto prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Locais e Municipais.

2.2.3. — Numa terceira fase, a médio prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Distritais.

2.2.4. — Numa quarta fase, a longo prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Distritais.



O MFA trabalhando com o Povo

2.2.5. — A Assembleia Popular Nacional, órgão superior de participação popular será a última e distante etapa desta estrutura.

3 — NORMAS ESTATUTÁRIAS

3.1. — GENERALIDADES

A organização popular proposta, assenta fundamentalmente nas COMISSÕES DE TRABALHADORES e nas COMISSÕES DE MORADORES. Consideram-se também organismos de base, os CONSELHOS DE ALDEIA, as COOPERATIVAS, as LIGAS DE PEQUENOS e MÉDIOS AGRICULTORES, as COLECTIVIDADES e outras ASSOCIAÇÕES de base popular.

Estruturas em vias de lançamento sob iniciativas várias, devem ligar-se aos organismos de base definidos, CM e CT, os quais ampliarão a sua constituição a fim de absorver e disciplinar intenções de consolidação e garante do processo revolucionário, no que se refere às tarefas das organizações de base referidas em 3.2.2.

Em conclusão, as CM e CT e outras organizações de base chamarão a si as tarefas de Defesa da Revolução. As presentes normas estatutárias respeitam as já existentes nas diversas organizações, devendo estas ser ampliadas a fim de incluir os objectivos aqui definidos.

3.2. — PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

3.2.1. — OBJECTIVO

O objectivo fundamental e último é o da construção da sociedade socialista

definida no PLANO DE ACÇÃO POLÍTICA do Conselho da Revolução.

Como este objectivo só se consegue em unidade, todos os níveis da organização popular devem, pois, ser unitários.

Este conceito de UNIDADE define-se da forma seguinte:

Independência de vinculação partidária.

— Representatividade democrática a partir de sectores populacionais ou unidades de produção.

— Associação para resolução de problemas concretos.

A melhor garantia para se obter este objectivo é ser o MFA, movimento suprapartidário, a acompanhar e incentivar este processo, apoiando-o, integrando-o e reconhecendo as organizações que, pela prática, o justificarem.

3.2.2. — TAREFAS DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

As Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, etc., deverão, além das suas funções específicas, promover de acordo com as suas características as seguintes actividades:

— TRABALHO POLÍTICO, através de informação e esclarecimento nos sectores profissionais ou populacionais.

— ACÇÃO SOCIAL, nos campos da saúde e assistência, cultura e desportos, alfabetização, habitação e urbanização, transportes, etc.

— ACÇÃO ECONÓMICA pela Batalha da economia, controlo sobre os meios de produção dos sectores nacio-

nalizados e privados, abastecimento e preços, etc.

— VIGILÂNCIA pela defesa das instalações e zonas urbanas através de permanência física por turnos, controlo de entradas, canalização de informações para os órgãos oficiais competentes, etc. Esta actividade, em casos especiais (pontos estratégicos da economia nacional) por iniciativa do próprio MFA e sob seu controlo e enquadramento pode traduzir-se em tarefas de autodefesa.

REFORÇO DA ALIANÇA POVO-MFA, como actividade sempre presente destas organizações.

3.2.3. — TAREFAS DAS ASSEMBLEIAS POPULARES

As Assembleias Populares terão as seguintes missões fundamentais:

— Transmissão até ao nível próprio da decisão das aspirações, opiniões e exigências das populações;

— Intervenção no planeamento local, regional e nacional através dos órgãos competentes, actuando como mandatários das populações.

— Fiscalização e controlo da actividade dos órgãos da administração e da sua capacidade e tempo de resposta às necessidades das populações.

— Constituição junto aos órgãos de poder popular local de um tribunal popular para resolução de problemas não criminais.

3.3. — PROCESSO DE FORMAÇÃO

3.3.1. — A direcção das organizações populares é eleita em plenário, por votação de braço no ar.

3.3.2. — Nas organizações de base os membros eleitos são revogáveis pelo mesmo Plenário que os elegeu.

3.3.3. — Nas Assembleias Populares os membros eleitos são revogáveis pelas próprias Assembleias.

3.4. — CONSTITUIÇÃO

3.4.1. — DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE (CM, CT, etc.)

Terão a sua actual constituição, ampliada por forma a satisfazer as tarefas definidas.

3.4.2. — DAS ASSEMBLEIAS POPULARES LOCAIS (APL)

— Delegados das organizações de base;

— Delegados das autarquias locais.

3.4.3. — DAS ASSEMBLEIAS POPULARES MUNICIPAIS (APM)

— Delegados das ADU's;
— Delegados das APL's;
— Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais.

3.4.4. — DAS ASSEMBLEIAS POPULARES DISTRITAIS (APD)

— Delegados das ADU's (incluem Comandante da Unidade);
— Delegados das APM's;
— Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais;
— Delegados dos Organismos Sindicais.

3.4.5. — DAS ASSEMBLEIAS POPULARES REGIONAIS (APR)

— Delegados das ADR (incluem Comandante da R. M.);
— Delegados das APD's;
— Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais;
— Delegados dos Organismos Sindicais.

3.4.6. — DA ASSEMBLEIA POPULAR NACIONAL

— A definir.

3.5. — FUNCIONAMENTO

3.5.1. — As decisões em todas estas organizações são tomadas por votação de braço no ar.

3.5.2. — Os representantes das Autarquias Locais, Órgãos Governamentais (Gabinetes Regionais de Planeamento; IRA, etc.) e delegados dos organismos sindicais têm igual direito à apresentação de propostas, votação e expressão.

3.5.3. — As decisões tomadas em Assembleias vinculam todas as estruturas ao seu cumprimento.

4 — DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. — As presentes normas não têm carácter rígido e a sua aplicação atenderá às características específicas locais e aos condicionalismos determinados pela dinâmica do processo.

4.2. — O presente projecto deve ser considerado como um documento-guia da acção prática das unidades militares e organismos populares. A estrutura que corresponde ao actual desenvolvimento da organização popular vai até às Assembleias Populares locais. Esta fase necessita ser devidamente consolidada sendo através da própria dinâmica do processo que se verificará a viabilidade do avanço para formas de organização superior.

Afectação Imediata da terra nacionalizada a cooperativas rurais

Com vista ao próximo ano agrícola, vai proceder-se imediatamente a uma primeira afectação da terra nacionalizada a unidades cooperativas integradas por operários agrícolas, pequenos rendeiros, seareiros sem terra e pequenos agricultores.

Esta afectação é anunciada num comunicado divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pescas, com o objectivo de esclarecer afirmações divulgadas por órgãos de Informação susceptíveis de induzir em erro.



Os trabalhadores esperam e confiam

O referido comunicado é do seguinte teor essencial:

«1. De harmonia com a política agrária que tem vindo a ser definida e posta em prática, serão beneficiários imediatos das medidas de nacionalização e de expropriação de terras já aprovadas em Conselho de Ministros os operários agrícolas, os pequenos rendeiros e seareiros sem terra, e os pequenos agricultores.

2. Com vista ao próximo ano agrícola, proceder-se-á de imediato a uma primeira afectação da terra nacionalizada a unidades cooperativas integradas por elementos pertencentes aquelas categorias sociais.

3. Resolvidos, no decurso do próximo ano, os principais problemas decorrentes do reordenamento fundiário e do dimensionamento e estruturação das unidades produtivas, e tomando em consideração os resultados alcançados através daquela afectação, proceder-se-á, para o ano seguinte, a uma afectação definitiva da terra nacionalizada às novas unidades de produção.

4. A afectação da terra nacionalizada far-se-á em termos que possibilitem a utilização colectiva da terra com carácter permanente, em geral, aos quadros da propriedade privada de terra.»



Vasco Gonçalves...



...Costa Gomes...



...e Otelo Saraiva de Carvalho

FORTE DIRECÇÃO POLÍTICA

A concentração do poder político-militar nos generais Costa Gomes, Presidente da República, Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro e Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, foi decidida na Assembleia do MFA, depois de os delegados presentes, analisado o momento político nacional, terem concluído pela «necessidade de uma forte direcção política». Simultaneamente, o plenário dos delegados do MFA decidiu que o Conselho da Revolução, órgão máximo do aparelho do Estado, criado depois do 11 de Março, com funções legislativas e executivas, «passa a constituir um órgão de conselho» dos três generais. Estas foram as decisões mais importantes tomadas na Assembleia, que esteve reunida entre as 10 e as 23 e 30 horas do dia 25.

Reproduzimos, em seguida, o texto do comunicado final:

«A Assembleia do Movimento das Forças Armadas, reunida extraordinari-

amente no dia 25 de Julho de 1975, iniciou-se com uma exposição do Presidente da República que apresentou questões e pontos de reflexão sobre a actual crise política.

«Iniciando-se a ordem de trabalhos pelo momento político nacional, o Primeiro-Ministro fez uma análise sobre a situação política.

«A Assembleia pronunciou-se sobre autoridade e segurança da revolução, tendo concluído pela necessidade de uma forte direcção política. Neste sentido foi aprovado o seguinte:

1 — Concentração do poder político-militar nos seguintes membros do Conselho da Revolução: Presidente da República, general Costa Gomes; Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves; comandante do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho.

2 — O plenário do Conselho da Revolução passa a constituir um órgão de conselho dos três elementos referidos no número anterior.

3 — Qualquer eventual alteração à

composição do Conselho da Revolução far-se-á nos termos da Lei 5/75, por decisão da Assembleia do MFA.

«A Assembleia debateu demoradamente a questão da disciplina revolucionária em toda a sua amplitude e no próprio seio do MFA. Decidiu pela actuação com firmeza contra elementos que, com intenção contra-revolucionária, criem um clima de agitação popular e dificultem as tarefas de construção do socialismo.

«Por último, foram feitas exposições sobre a situação nos Açores e apreciadas as recentes medidas tomadas e em curso para a solução dos respectivos problemas no arquipélago.

Em referência ao ponto 3, esclarecemos que, nos termos da Lei 5/75, compete à Assembleia do MFA «retirar o mandato a qualquer dos membros do Conselho da Revolução, nos termos do regimento que vier a elaborar». A Lei foi decretada na sequência do golpe contra-revolucionário do 11 de Março.

Crédito de 590 000 contos para as autarquias locais

Um crédito especial da quantia de 590 000 000\$00, para reforço da dotação designada «Subsídios diversos às autarquias locais», foi aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Administração Interna. O decreto da decisão, promulgado pelo Presidente da República, vem publicado no *Diário do Governo*. Para compensação deste crédito, «é aumentada igual quantia à verba descrita no capítulo 2.º, grupo 1,

artigo 14.º — A sobretaxa de importação, do vigente orçamento das receitas do Estado».

Mais de 18 000 contos para associações de moradores

Subsídios não reembolsáveis, no valor total de 18 mil contos, foram atribuídos a associações de moradores para fazer face às obras de construção de fogos em áreas de intervenção do SAAL. A decisão governamental, através da Secretaria de Estado da Habita-

ção e Urbanismo, abrange a Associação de Moradores do Bairro dos Trabalhadores (concelho de Loures, Catujal), 6 000 000\$00; Associação de Moradores A Força do Povo (concelho de Loures, Camarate), 2 000 000\$00; Associação de Moradores do Bairro da Boa Hora (Portimão), 3 000 000\$00; Associação de Moradores 1.º de Maio (Monchique), 2 000 000\$00; Associação de Moradores de 11 de Março (Alfornelos), 5 540 964\$00. À Câmara Municipal de Vila Franca de Xira foi também atribuído um subsídio de 5 400 000\$00, para fazer face a encargos respeitantes à operação a lançar no âmbito do SAAL, na área daquela autarquia.



Vai proceder-se à eleição da primeira comissão coordenadora pró-sindical da região duriense

A luta contra intermediários

Moradores de Santa Iria de Azoia lançam uma cooperativa de consumo

Um grupo de 18 moradores de Santa Iria de Azoia lançou a ideia para a formação de uma cooperativa de crédito e consumo. Isto foi em 20 de Março findo. No passado sábado, dia 28, foi inaugurada, com solenidade, a cooperativa de consumo A Nossa Cooperativa, com sede em Santa Iria.

O lançamento de tal iniciativa tem como objectivos, de acordo com os seus promotores, «a libertação da população do oneroso circuito de intermediários».

Precisamente no sábado, dia 28, pelas 12 horas, a cooperativa foi aberta ao público. «A senhora da máquina registadora ainda não parou», disseram um dos directores. Eram cerca das 16 horas de sábado quando fez esta afirmação.

Foi esse mesmo director, José Manuel Gaspar da Silva, tesoureiro, quem relatou as diversas fases da construção da cooperativa: «O presidente Carlos Calheiro ao ouvir na televisão o programa do dr. Pitacas Antunes veio ter com a «malta» ao café e propôs pôr em execução uma cooperativa. Começámos com uma comissão de arranque que actualmente se transformou em direcção. Não temos subsídios. Os sócios começaram a aderir assim que acreditaram em nós. Isto foi aberto, portanto, com dinheiro dos sócios. Eramos inicialmente 18; hoje já atingimos perto de 600.»

ACABAR COM OS INTERMEDIÁRIOS

Acerca dos seus objectivos e como tencionam abolir os intermediários, o director Gaspar da Silva afirmou: «O nosso objectivo é acabar com os intermediários. Adquirimos os produtos directamente aos fornecedores ou aos armazenistas. Fomos à procura de me-

lhores preços. Adquirimos alguns produtos directamente ao produtor, como é o caso das batatas. Contactámos com outras cooperativas. Temos um plano de colaboração mesmo. Assim, por exemplo, a compra do arroz. Várias cooperativas compram 30 toneladas em conjunto que depois dividem.»

A iniciativa teve reacções negativas. «Elas vieram — salientou o tesoureiro da cooperativa. — O dono do supermercado afirmou que iria fazer um abaixo-assinado por abrimos ao sábado. Por outro lado, há indícios de pressões económicas de uma cooperativa de lojistas. Um outro director tem recebido frequentes telefonemas anónimos insultuosos. Contudo não desarmamos.»

Aquele dirigente da cooperativa adiantou alguns pormenores de uma campanha de angariação de novos sócios: «A nossa ideia não tem limites. Tencionamos levar a efeito uma campanha entre a população e entre os sócios para que se arranjem outros. Estamos ainda a lançar a ideia para a compra de uma ambulância, pois a freguesia não tem nenhuma. A ideia já tem adesões.»

O movimento que os dezoito moradores de Santa Iria lançaram, segundo as suas próprias palavras, não é para estacionar na localidade; eles mantêm contactos com outras cooperativas para se dar início a uma campanha de entreaajuda e de alargamento de tal modalidade de processo associativista.

6 de Julho, data importante no Douro: eleita a primeira comissão pró-sindical dos trabalhadores rurais

Realizou-se, no dia 6 de Julho, em Santa Marta de Penaguião, Douro, a eleição para a primeira comissão coordenadora pró-sindicato dos trabalhadores rurais da região duriense. Sendo a sessão presidida pelo trabalhador rural Gouveia que é, aliás, o representante da classe na Comissão de gestão da Casa do Douro, eleita no dia 1 de Junho passado, cerca de 50 delegados das 10 freguesias do concelho escolheram os 5 membros que passarão a representá-los e promoverão a extensão do movimento sindical a toda a região.

É esta, pois, uma data extraordinariamente importante na vida de uma província, possivelmente a mais rica do País, mas marcada, desde sempre, pela injustiça social e por uma desigualdade sem paralelo

Médicos recém-formados: um ano na província

Por despacho do secretário de Estado da Saúde, foi determinado que os médicos recém-formados sejam obrigados a prestar serviço, durante um ano na periferia. É o seguinte o texto do despacho:

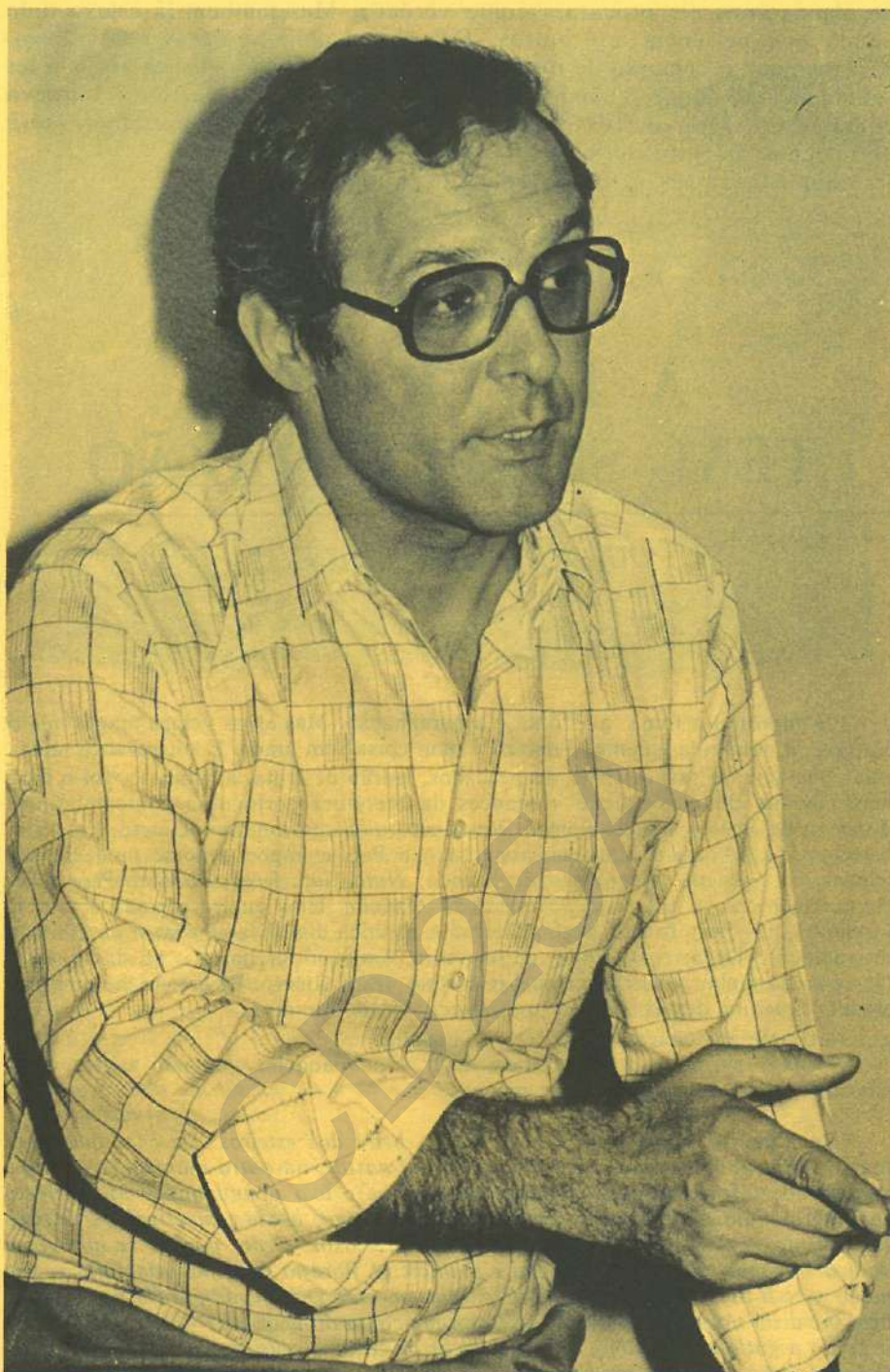
Os médicos que, tendo terminado o internato de policlínica, desejem prosseguir na carreira prestarão um ano de serviço na periferia, a nível concelhio ou local, como médicos policlínicos, em centros de saúde, hospitais concelhios e postos clínicos.

A título excepcional, e provisoriamente, este serviço poderá ser prestado em hospitais distritais, caso estes necessitem, para um adequado funcionamento, de médicos neste grau de carreira;

O programa de exercício dos médicos policlínicos na periferia visa contribuir para a cobertura médico-sanitária de todo o território nacional, mas terá de ser estabelecido progressivamente, tendo em conta os recursos locais e outros condicionalismos.

Este ano de exercício na periferia é considerado parte integrante da carreira médica.

O Século, 30-6-75



«A esperança tem sempre razão», é um texto retirado do último livro de Baptista-Bastos, «As palavras dos outros».

Baptista-Bastos é um escritor.

Do livro, escreveu Luís Pacheco, numa crítica:

«Leiam o livro todo. São trabalhos jornalísticos exemplares. Há talento, há verve, há ousadia, há um homem, há um escritor».

Baptista-Bastos é um jornalista.

Do livro, ele escreveu:

«Este é um livro de reportagens. Os factos, os nomes, os locais, as palavras, são autênticos; mas se o leitor quiser entendê-los como uma ficção, o autor oferece-lhe essa margem dedutiva.

Baptista-Bastos é um artista.

E acrescenta:

«Ao remanejar estas páginas, o autor reparou que havia nele muito daquilo que escrevera ao longo de alguns anos: muito daquilo que ao longo

de alguns anos ele procurara como verdade. Mas também lá estava tudo aquilo que pertencia aos outros. Daí, dessa união e dessa contradição, perceber que o remorso de qualquer autor sério talvez consista em não ter sabido ir mais longe, quando na posse de um material tão rico e tão vivo como este. Mas outros remorsos, porventura mais constantes, terá, certamente, o autor sério...»

Baptista-Bastos é um autor sério: é um homem.

A ESPERANÇA TEM SEMPRE RAZÃO

por *Baptista-Bastos*

Ele suportou a fome, a afronta e a humilhação. Mas essas velhas pragas não o castigaram pela vida adiante. Tristeza é uma coisa sem graça. E a esperança nunca erra: tem sempre razão. Filho de pescador, ladrão de fruta, analfabeto, foi o livre herói de um dos mais belos romances da literatura portuguesa contemporânea: *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes. Nessa altura chamavam-lhe o Gineto. Em 1954, o ex-rapaz da borda-d'água emociona todo o País e impõe o nome modesto aos telexes das agências telegráficas do Mundo: *Numa luta feroz, Baptista Pereira, de Portugal, venceu a travessia do canal da Mancha*. Uma guerra privada e secreta terminava nas frias rochas de Inglaterra. A alcunha dissolvia-se com o nascimento do campeão. Decorreram vinte anos. Agora, um repórter limpa o pó das botas e faz-se ao caminho. Quer saber qual o destino desse Gineto. Responde-lhe uma voz afável: *Sou um desses homens que nunca foram meninos*.

— Gineto ou Ginete, como era a alcunha?

— Olhe, eu não sei muito bem falar. Sou daqueles que não sabem dizer pãozinho, mas que sabem dizer pão.

(De Esteiros: Morava no fim da vila, à beira dos esteiros. Da casa que o pai fizera, toda madeira e lata, viam-se os toiros pastar, na outra margem, e as rotas dos barcos. Havia tufos de junco nos esteiros e lixo abandonado. Mas Gineto sonhava conquistar todas as ruas. Quando pequeno, ainda convertera os esteiros em florestas e rebuscara no lixo brinquedos preciosos. Cedo, porém, se aborresseu daquele recanto monótono, só água e planície. A floresta dava-lhe pela cinta — era junco — e o lixo era lixo, apenas. Começaram, então, as fugas para a rua. A mãe bem lhe dizia ao fechar a porta: — Toma-me conta do pequeno! — Mas ele deixava o irmão a gatinhar na lama, e ia alvoroçar os garotos seus iguais. Ainda não era o Gineto ladrão. O nome veio-lhe depois, com os assaltos aos pomares, florestas mais belas do que os esteiros).

Estou em Alhandra; e este homem com quem converso não formula afirmações impetuosas. Ele foi a sua própria causa, o impávido Gineto no qual se sublineava o preceito humilde de que as pessoas são indestrutíveis devido ao seu singelo desejo de liberdade. As velhas festas (os desafios e os riscos) desapareceram no tempo. Assim como há recordações que se extenuam, redescobrem-se lembranças estimuladas por elas mesmas: muito, na história da vida deste homem atarracado e discreto, pertence ao adolescente itinerário dos rapazes da minha geração. *Para os filhos dos homens que nunca foram meninos, escrevi este livro* — dedicou Soeiro Pereira Gomes. Gineto era um deles; cada um de nós era o Gineto. O símbolo instintivo das metas inatingíveis — campeões sem torneios cavalheirescos, permanentemente desconfiados de tudo e com tudo: até com a nossa esperança amável.

Diz-me:

— Os meus filhos já nasceram meninos. Se algum dia fui campeão de qualquer coisa foi daquilo que consegui para eles. Em Gibraltar, uma vez, estava quase a desistir. As águas do estreito eram frias, frias, e eu estava sozinho no meio daquelas águas todas. Ouvia o barulho dos golfinhos, via-os na noite, aos saltos, através dos óculos, mas as águas estavam muito frias e eu pensei: *Não aguento*



isto; vou abandonar. Mas não abandonei, sabe porquê? A páginas tantas, enchi-me de raiva e disse cá comigo: *Vá Gineto, tá tudo à espera. Esta braçada vai pela Cilinha, esta braçada vai pelo Tito, esta braçada vai pela Natércia.* Acelerei o ritmo, desapareceu o frio do corpo. E bati o *record* do Mundo da travessia do estreito de Gibraltar. A partir daí comecei a ganhar algum dinheiro que se visse, mas nunca disse a ninguém quanto, ia-o amealhando, assim é que foi. Nunca me senti campeão, por isso toda a gente me estima. Sou um homem muito modesto que conseguiu algumas coisas que todos os homens deviam ter. Sou um homem muito modesto, que passou fome, que roubou fruta em muitas quintas. Hoje tenho uma quintarola e, às vezes, os miúdos vão lá roubar fruta; pois não me zango, bem pelo contrário: eles não fazem mais do que aquilo que eu fiz. A fruta chega para todos. Tudo chega para todos.

Já dobrou os cinquenta. Casado desde os 18 com Maria Antónia (*a minha companheira de sempre*). Três filhos: Lucília, Natércia, Tito Alexandre. Com 42 anos, completou o exame de instrução primária.

— Mas quem me começou a ensinar a ler foi Soeiro Pereira Gomes. Um homem extraordinário que viveu aqui, em Alhandra. Mataram-no. A Pide matou-o. Malandros! Aquela história dos *Esteiros* é toda autêntica. O Gineto sou eu. O Coca e o Saguí, outros companheiros dessa época, ainda são vivos: estão em França; emigraram.

Joaquim Baptista Pereira não sabe quando aprendeu a nadar. Talvez aos 5 anos, junto dos avieiros, esses ciganos do mar que vêm do litoral noroeste, e que vivem, amam, odeiam e morrem em barcos pequenos, refúgio derradeiro de remotas batalhas perdidas, e se instalam, em silêncio, frente ao mouchão de Alhandra.

— Essa parte do Tejo foi a minha *Cartilha Maternal*.

— Você odeia?

— Não. Nunca. Divirto-me e acredito. Sem dispor de muitas coisas (ri), sem dispor de coisa nenhuma, tive de aprender a tomar conta de mim, e, como sempre fui um bocado pesado, tomar conta de mim era um bocado custoso. Nunca odiei ninguém, não, senhor; nunca me zanguiei com ninguém, nem nos tempos da fome. Mesmo hoje, em Alhandra, só não falo com duas pessoas, apenas duas pessoas, eu era bem capaz de voltar a falar com essas pessoas, mas essas duas pessoas é que não querem, talvez não queiram. Nunca odiei ninguém, não, senhor. A gente, a partir de certa altura da vida, sabe aquilo que quer, mas não basta isso, é preciso ter pelo menos um amigo.

— Tem um amigo?

— O meu compadre Calvino; talvez o único que ainda hoje me trata por Gineto. O meu compadre Calvino sempre foi um tipo que esteve ao pé de mim:

sempre atirou a malha em mim, sabe o que quero dizer? Quando fiz a Mancha, os ingleses da BBC foram-me entrevistar a Folkestone, e sabe qual foi a primeira coisa que eu disse?, foi assim: *Um grande abraço para o meu compadre Calvino!*

(21 de Agosto de 1954. Relato do repórter de *News of the World: Disseram a Baptista Pereira de Portugal, que seguisse a direito. E ele conservou-se assim, através do canal da Mancha, para chegar às areias de Goodwins vitorioso na prova internacional da travessia a nado. Tanto quanto o regista a memória, nenhum nadador que atravessou a Mancha, até agora, tocou a terra naquele local, mas o discreto e envergonhado Baptista, de 33 anos e 1 metro e sessenta de altura, não pareceu nada impressionado pelo facto de ter vencido catorze competidores de onze nações. Quando a prova começou, o humilde português nadou com tanta velocidade que o seu guia e o seu observador perderam-no. Durante o caminho perdeu muito pouco. De vez em quando dava um relance para o barco de apoio e perguntava: Onde vai o homem do Egipto? E respondiam-lhe: Segue a direito! E a direito ele seguia, poderosamente, confiantemente. Houve um momento de pânico, no entanto, quando Baptista já estava dentro do que parecia simples: alcançar a costa. Uma corrente forte arrojou-o trezentos metros para trás, no caminho que já havia percorrido. Hammad, o egípcio de 37 anos, viu o que se passava e tentou desesperadamente agarrar-se a esta última e inesperada possibilidade. Mas o português batalhou ferozmente para recuperar o tempo perdido. E quando pôs pé em terra, depois de 12 horas, 25 minutos e 1 segundo na água, estava 24 minutos à frente de egípcio).*

— Estava ali a fazer exame de tudo. O Tejo tinha sido a minha *Cartilha Maternal* e, ali, estava a tentar obter o diploma de doutor. A Mancha era a meta da minha vida, a fuga a uma data de coisas que não podia mais suportar. Quando a corrente me arrastou, eu pensei que a corrente estava a tentar arrastar tudo o que eu queria. Tinha-me batido contra tantas coisas que aquela contrariedade não podia vencer o resto. O resto era Alhandra, os meus amigos, e eu sabia que estava tudo a ouvir pela rádio o que se passava, e eram também os meus filhos, mas era eu também, eu também, e tudo. A gente tem a vida ligada a tudo, não é? Depois telefonei à minha mulher, perguntei-lhe pelos garotos, e ela disse-me: *E tu, estás bem, Baptista? Aqui em Alhandra, em Vila Franca e na Póvoa gastaram todos os foguetes. Toda a gente fala de ti!* Mas não foi isso, não; não foi isso dos foguetes o que eu senti melhor. Sabe o que é que eu senti melhor? Foi a minha mulher dizer o meu nome, assim, à distância de muitos quilómetros, e era como se estivesse ali, ac pé de mim. E eu disse-lhe: *Diz ao compadre Calvino que o Gineto lá conseguiu vencer a Mancha!*

Sorri, na tarde clara.

— Só sabia fazer aquilo: nadar. Não era uma profissão, mas era o que me podia salvar, a mim e aos meus. A Mancha e o resto, competições em França, na Inglaterra, na América, deram-me quatrocentos e tal contos. O dinheiro é importante para um homem se safar, a si e aos seus. Ainda fui, como timoneiro, no *Gil Eanes*, pró bacalhau; ainda ganhei mais uns tostões e, depois, montei um negócio de sucata. Hoje não sou um homem rico, mas sou um homem independente: não sou assalariado. Os meus filhos estudaram, todos os anos dou uma volta pela Espanha, com a mulher. Eu é que trato da família toda: da minha mãe velhota, de dois irmãos fracos da cabeça... Trato da família toda e não estou nada arrependido com isso.

— Costuma ler?

— Li todos os livros de Soeiro Pereira Gomes. Isso mesmo: assim que aprendi a ler quase correctamente li todos os livros de Soeiro Pereira Gomes. Era a melhor homenagem que lhe podia fazer: o velho Gineto a ler os livros de um amigo.

— Que é um amigo, para si?

— Um amigo é o que bebe do nosso vinho. É o que está sempre junto de nós.

— Ainda nada?

— No Verão, duas horas todos os dias. O relógio já tem folgas. Já não sou esse Gineto de antigamente. Mas a malta nova ainda não me bate o papo. Agora é o meu trabalho na sucata, e esse trabalho leva-me muitas horas por dia, muitas horas.

— Ouvi dizer que o Baptista Pereira tem muito dinheiro.

— Não tenho muito, não. Mas sempre lhe digo uma coisa: cada quilo de cobre custa trinta escudos; ora eu, às vezes, chego a comprar 400 toneladas de sucata. Tenho de empatar uns contos de réis largos, não é verdade? Tenho de ter, portanto, algum dinheiro.

— Tem saudades do Gineto antigo?

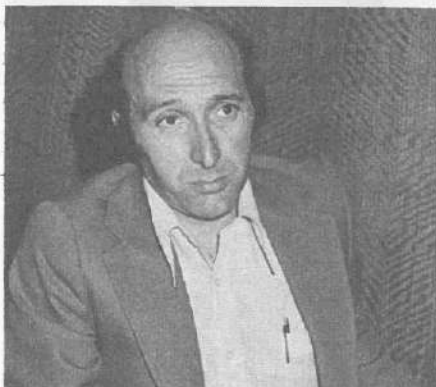
— Um homem nasce, envelhece e morre. Qualquer dia enterram-me no quintal do padre.

— Não foi isso que lhe perguntei. O Gineto antigo, o do Soeiro Pereira Gomes...

— Só tenho saudades da luta com os outros. Mas há outras lutas para travar, não acha?

Turismo para jovens e para trabalhadores

«O turismo social é uma forma de actividade turística que não procura o lucro, procura compensar as populações do trabalho diário durante o ano, concedendo-lhe o direito às férias, ao repouso» afirmou-nos Fernando Gomes, responsável pelo departamento do turismo social e juvenil da Direcção-Geral do Turismo. Que continuou: «O turismo, antes do 25 de Abril, era utilizado como propaganda do regime. Sem grandes méritos do regime anterior, havia uma forte corrente turística que gerava receitas na ordem dos 12 milhões de contos, que convém lembrar eram desfalcadas com as despesas e importações que essa mesma corrente turística implicava». O Estado concedia facilidades, favores e apoio indiscriminados aos empresários, ficando todas as despesas das infraestruturas (esgotos, luz, água, etc.) às custas do país. Agora, temos dado apoio sobretudo a empresas sob controle dos trabalhadores ou, pelo menos, exigimos que a sua utilização seja controlada pelos trabalhadores».



Fernando Gomes, da Direcção-geral do Turismo falando para o Correio do Povo

Em 1974, houve uma ligeira diminuição das receitas turísticas. Este ano, após o 11 de Março, a imprensa estrangeira capitalista iniciou uma campanha de mentiras sobre a situação portuguesa, o que provocou uma real quebra da afluência dos turistas tradicionais, que se tem procurado compensar de várias formas:

«Temos tido contactos com organizações sindicais dos países socialistas e com organizações de outros países que promovem férias para as classes trabalhadoras, procurando assim encontrar um novo tipo de turista. Por outro lado, temos tentado desenvolver o turismo interno, com o fim de tornar acessível a todas as pessoas que possam gozar férias, e que já desfrutem de poder de compra para isso, a possibilidade de gozarem as férias dentro do País, evitando-se ao mesmo tempo a saída de dinheiro. O GITUS,

grupo intersindical para o turismo social, tem exactamente esse objectivo: oferecer às massas trabalhadoras regalias no pagamento de alguns hotéis, através de descontos que chegam a atingir os 25%. É uma iniciativa da Intersindical que conta com o apoio da DGT. Temos também incentivado o turismo juvenil: este verão realiza-se a Aldeia Internacional de Juventude, uma iniciativa da Pró-Unep e do Turismo Estudantil que reunirá jovens de todo o mundo, na cidade universitária».

NOTA: O Turismo Estudantil apela para que os grupos de teatro, musicais, corais ou outros, de todo o País, entrem em contacto com a sua sede, em Lisboa, na R. Fernando Pedroso, 31; ou com a delegação no Porto, na R. da Boa Hora, 18; ou, ainda, em Coimbra, na R. da Ilha, 20. O Turismo estudantil ocupa-se de todas as despesas.

A sede do GITUS fica na Rua Alexandre Herculano n.º 51-3.º-Esq. Lisboa. Os pontos de venda ficam na: Av. Sidónio Pais n.º 4 - LISBOA; Praça dos Restauradores, n.º 14 - Lisboa; Av. de Nice, 4, Estoril; Av. dos Aliados, 202 - Porto; Rua Conselheiro Bivar n.º 36 - Faro; Av. Arriaga, 23 - Funchal - Madeira. Brevemente, abrirão novos postos por todo o País. O GITUS não tem fins lucrativos.

«Casa da Criança» de Pedrógão Grande fechada há nove anos. Para quando a sua reabertura?

A Casa da Criança de Pedrógão Grande foi instalada pela extinta Junta da Província da Beira Litoral num imóvel adquirido no centro da vila. Destinados à aquisição do referido imóvel recebeu a mencionada ex-Junta a quantia de 67 556\$20, provenientes de donativos particulares e 405 571\$00, de participações do Estado, num total de 473 127\$20.

Em reunião de 31/7/1959, da mesma Junta, foi proposto ao Governo a cedência gratuita à Fundação Bissaya Barreto, de diversos imóveis onde funcionavam serviços assistenciais, entre os quais se incluía a Casa da Criança de Pedrógão Grande. Essa cedência foi autorizada por portaria do Ministro do Interior, com a finalidade de a referida Fundação tomar a seu exclusivo cargo a sustentação dos serviços assistenciais já em funcionamento. Os bens imobiliários cedidos gratuitamente à Fundação Bissaya Barreto foram os seguintes: — Portugal dos Pequeninos, com sede em Coimbra; Casa da Criança Rainha D. Leonor, com sede em Castanheira de Pêra; Casa da Criança D. Maria do

Resgate Salazar, no Luso; Casa da Criança D. Joaquina Barreto Rosa, em Arganil; Preventório Ar Alto, em Macieira de Cambra; Casa da Criança D. Maria da Natividade Filipe, em Coja; Casa da Criança de Pedrógão Grande; Colónia Balnear de Gala, concelho da Figueira da Foz; e a Colónia de Férias Ar e Sol, em Vila Pouça de Aguiar. Porém, a referida Fundação não deu cumprimento às obrigações estabelecidas na referida portaria quanto à Casa da Criança de Pedrógão Grande, a qual foi encerrada em Julho de 1965. Segundo julgamos saber, as Casas da Criança de Castanheira de Pêra e de Côja também se encontram encerradas há alguns anos.



A Casa da Criança, de Pedrógão Grande

A Misericórdia de Pedrógão Grande, por intermédio do seu provedor e por escrito, dirigiu-se à Fundação Bissaya Barreto, solicitando-lhe a reabertura da Casa da Criança de Pedrógão Grande ou, no caso de isso se tornar impossível, a entrega do imóvel ao Estado, para utilização, posterior, na finalidade para que foi adquirido.

A Fundação Bissaya Barreto não se mostrou interessada na reabertura da Casa da Criança e propôs-se ceder as respectivas instalações à Misericórdia para instalar um Jardim de Infância, correndo de conta desta última todas as despesas de manutenção e conservação, ao mesmo tempo que as instalações anexas da Casa da Criança continuariam na posse da Fundação para outros fins, ao que parece para arrendamento particular.

Segundo testemunhos pessoais colhidos entre a população da vila de Pedrógão Grande, a Fundação Bissaya Barreto retirou da Casa da Criança grande parte dos seus móveis e equipamento. De harmonia com informações da mesma origem, um grupo de trabalhadores, ao serviço da referida Fundação, retirou há cerca de um ano algumas portas e caixilhos de janelas, do edifício principal, que foram carregados e transportados em camioneta, ao que se julgou, na altura, para serem reparados, mas até à data, não foram repostos.

(Cont. na pág. 32)

Otelo Saraiva de Carvalho em Cuba

Somos irmãos no combate e seremos irmãos na liberdade

O general Otelo Saraiva de Carvalho nas comemorações do 22.º aniversário do assalto ao quartel de Moncada, que marcou o início da Revolução Cubana liderada por Fidel Castro, pronunciou o seguinte discurso:

«Seria acaso possível imaginar no início da década de cinquenta, quando o bloco capitalista mundial se mostrava mais forte, que um grande povo de um pequeno país se ergueria contra tudo e contra todos, desafiando o mais feroz dos imperialismos?»

«Seria acaso possível imaginar que no início da década de cinquenta, numa ilha situada no lago americano, longe de todo o apoio possível, separada por milhares e milhares de quilómetros de possíveis amigos, se desencadearia uma guerra de libertação nacional?»

«Seria acaso possível imaginar que ela se iniciava na década de cinquenta, quando todo o enorme continente americano era propriedade privada dos Estados Unidos da América do Norte; quando a United Fruit Company ou a West Indian tinham em seu poder a maior parte das terras de Cuba e oprimiam directamente, através do ditador Batista, o povo cubano, exercendo sobre este um colonialismo cruel?»

«Seria acaso possível imaginar que Cuba retesaria os seus músculos, mobilizaria todas as suas energias e se libertaria do jugo da maior potência mundial?»

O RASTILHO DA REVOLUÇÃO NAS AMÉRICAS

Todo aquele que não conhecesse as qualidades do povo cubano, todo aquele que não conhecesse a heroicidade, o estoicismo, a capacidade de resistência, o fervor revolucionário, todas as virtudes do povo de Cuba, teria considerado utópico que tal facto ocorresse.

Contudo, existia alguém que sabia perfeitamente que uma profunda ansiedade por uma melhoria social e por uma soberania total, económica e política, despertariam as características heróicas do povo cubano, uma vez conduzido por um chefe que soubesse aquilatar das suas imensas virtudes e lhes revelasse a possibilidade de realizar a Revolução.

«Tu, Fidel, e os teus companheiros sabiam-no.

«Tu, Fidel, e os teus companheiros despertaram Cuba.

«Tu, Fidel, e os teus companheiros deram uma lição ao mundo.

«Vocês demonstraram a força dos pequenos países e o seu desejo de independência nacional.

«No dia 26 de Julho de 1953, quando um grupo de heróis atacou um quartel, iniciando a libertação do seu povo, a Revolução Cubana deu os seus primeiros passos. Mas não só isso.

«Essa acção heróica, pelas suas consequências, constituiu o rastilho da Revolução das Américas, assim como exemplo para os povos oprimidos de todo o Mundo.



Otelo em Cuba, com Fidel Castro, aplaudindo a revolução socialista

«Na madrugada do 26 de Julho, quando um punhado de jovens armados sumariamente e de modo deficiente, eram quase todos estudantes universitários e operários, atacam o hospital civil, o palácio de Justiça e, em particu-

lar, o quartel Moncada. Inicia-se desta forma um movimento irresistível de libertação que conduziria à total independência e descolonização do povo cubano.

«O movimento do 26 de Julho foi um movimento de libertação para Cuba como para Portugal é o movimento das forças armadas.

«Assim como o movimento do 26 de Julho foi a vanguarda do povo trabalhador cubano, também o Movimento das Forças Armadas Portuguesas está ao lado das classes mais desfavorecidas de Portugal na sua justa luta, que terminará com a vitória total.

«E assim que o dia da nação verdadeiramente independente de Cuba e o dia 26 de Julho, aurora de uma pátria libertada e próspera. É também assim que o dia 25 de Abril é para Portugal o início de uma Revolução que conduzirá o nosso país até à sua verdadeira independência.

CABO VERDE E S. TOMÉ INDEPENDENTES



Em 5 e 12 de Julho, respectivamente, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe foram proclamados Estados independentes. Mais um passo na descolonização total dos territórios até ao 25 de Abril ocupados pelos portugueses. Com estes dois novos estados africanos, socialistas e solidários com o nosso processo revolucio-

nário, nos solidarizamos, por nosso lado, como o fez *in loco* o nosso primeiro-ministro, Vaco Gonçalves, que vemos na foto 1, na Cidade da Praia, transmitindo aos caboverdianos o sentimento fraternal do nosso povo. Na foto 2, uma imagem da alegria popular, em S. Tomé.

CONGRESSO NACIONAL DE COMISSÕES DE TRABALHADORES

A intenção intensão de promover a realização de um Congresso Nacional de Comissões de Trabalhadores, a efectivar-se o mais rapidamente possível e tendo como data limite o fim do mês de Agosto antecedido da constituição de um Seco Nacional Provisório de Comissões de Trabalhadores, foi comunicado à Imprensa, por membros do chamado Secretariado Provisório das Reuniões Intercomissões, que engloba trabalhadores da Efacec-Inel (Sul), Cambournac, Timex e Petroquímica, durante o encontro com os jornalistas que decorreu nas instalações da primeira destas empresas, em Lisboa.

Declarando-se apartidária — mas não apolítica, conforme foi ressalvado — a iniciativa foi proposta e aprovada por unanimidade numa reunião de intercomissões, realizada no passado dia 12, e em que participaram, com direito a voto, as comissões de trabalhadores

das seguintes empresa: Autosil, Lusolanda, Bell's, TLP, Plessey, Sondagem Rádio, CNN (sector mar), Olivetti, Timex, Eni, Internundo, C.ª de Seguros Ourique, Pró-Livros (Bertrand), Mag, TAP, Efacec, Cambournac, EPAL, Fábrica Nacional de Munições, J. J. Gonçalves e Supermercados C. Santos.

Pretendendo, à partida, que no decorrer do referido congresso, venha a prevalecer a hegemonia da classe operária sobre os sectores de serviços que nela venham, porventura, a participar, os promotores da iniciativa declaram o mesmo aberto a todas as comissões de trabalhadores deste país.

Adiantam, contudo, que consideram como pressupostos iniciais fundamentais a aceitação por parte dos trabalhadores participantes de quatro princípios: o apartidarismo; a consciência da necessidade do partido da classe operária para a tomada do Poder; a consciên-

cia de, que as comissões trabalhadores são, em Portugal, a estrutura criada pela classe operária no caso concreto da sua realidade, para avançar na luta; e, a prática no interior de cada comissão de eleições livres e democráticas, livre irrevogabilidade e discussão ampla de todos os problemas.

Como primeiro passo para a concretização da iniciativa, o secretariado da intercomissões tenta constituir o referido Secretariado Nacional Provisório. Para tanto, endereçou convites às seguintes comissões de trabalhadores: Mina Jales (Vila Real), Cel Norte (Viana do Castelo), Efacec Norte (Porto), Electro Cerâmica (Porto), Têxteis Cravinos (Covilhã), Citroën (Mangualde), Renault (Guarda), Mague (Alverca), Sociedade Central de Cervejas (Vialonga), Soda Póvoa (Póvoa de Santa Iria), ENMAL (Moscavide), AEP (Lisboa), Utic (Lisboa), TAP (Lisboa), ENI (Lisboa), CNN (Lisboa), República (Lisboa), Rádio Renascença (Lisboa), Cometna (Lisboa), Siderurgia Nacional (Seixal), Setenave (Setúbal). Isto, claro, para além das quatro que já o integram e de outras a definir.

ABAIXO

O MISTÉRIO DA POESIA

ANTÓNIO GEDEÃO



FALA DO HOMEM NASCIDO

(Chega à boca da cena, e diz:)

Venho da terra assombrada,
do ventre de minha mãe;
não pretendo roubar nada
nem fazer mal a ninguém.
Só quero o que me é devido
por me trazerem aqui,
que eu nem sequer fui ouvido
no acto de que nasci.

Trago boca para comer
e olhos para desejar.
Com licença, quero passar,
tenho pressa de viver.
Com licença! Com licença!
Que a vida é água a correr.
Venho do fundo do tempo;
não tenho tempo a perder.

Minha barca aparelhada
solta o pano rumo ao norte;
meu desejo é passaporte
para a fronteira fechada.
Não há ventos que não prestem
nem marés que não convenham;
nem forças que me molestem,
correntes que me detenham.
Quero eu e a Natureza,
que a Natureza sou eu,
e as forças da Natureza
nunca ninguém as venceu.

Com licença! Com licença!
Que a barca se fez ao mar.
Não há poder que me vença;
Mesmo morto hei-de passar.
Com licença! Com licença!
Com rumo à estrela polar.

CALÇADA DE CARRICHE

Luísa sobe,
sobe a calçada,
sobe e não pode
que vai cansada.
Sobe, Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Saíu de casa
de madrugada;
regressa a casa
é já noite fechada.
Na mão grosseira,
de pele queimada,
leva a lancheira
desengonçada.

Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Luísa é nova,
desenxovalhada,
tem perna gorda,
bem torneada.
Ferve-lhe o sangue
de afogueada;
saltam-lhe os peitos
na caminhada.

Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Passam magalas,
rapaziada,
palpam-lhe as coxas,
não dá por nada.

Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Chegou a casa
não disse nada.
Pegou na filha,
deu-lhe a mamada;
bebeu da sopa
numa golada;
lavou a loiça,
varreu a escada;
deu jeito à casa
desarranjada;
coseu a roupa
já remendada;
despiu-se à pressa,
desinteressada;
caiu na cama
de uma assentada;
chegou-se o homem,
viu-a deitada;
serviu-se dela,
não deu por nada.

Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Na manhã débil,
sem alvorada,
salta da cama,
desembestada;
puxa da filha,
dá-lhe a mamada;
veste-se à pressa,
desengonçada;
anda, ciranda,
desaustuada;
range o soalho

a cada passada;
salta para a rua,
corre açodada,
galga o passeio,
desce a calçada,
chega à oficina
à hora marcada,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
toca a sineta
na hora aprazada,
corre à cantina,
volta à toada,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
Regressa a casa
é já noite fechada,
Luísa arqueja
pela calçada.
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada,
sobe que sobe,
sobe a calçada,
sobe que sobe,
sobe a calçada,
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

ENQUANTO

Enquanto houver um homem caído de bruços no passeio
e um sargento que lhe volta o corpo com a ponta do pé
para ver como é;
enquanto o sangue gorgolejar das artérias abertas
e correr pelos interstícios das pedras,
pressuroso e vivo como vermelhas minhocas despertas;
enquanto as crianças de olhos lívidos e redondos como luas,
órfãos de pais e de mães,
andarem acossadas pelas ruas
como matilhas de cães;
enquanto as aves tiverem de interromper o seu canto

com o coraçãozinho débil a saltar-lhes do peito fremente,
num silêncio de espanto
rasgado pelo grito da sereia estridente;
enquanto o grande pássaro de fogo e alumínio
cobrir o mundo com a sombra escaldante das suas asas
amassando na mesma lama de extermínio
os ossos dos homens e as traves das suas casas;
enquanto tudo isto acontecer, e o mais que se não diz por ser
verdade,
enquanto for preciso lutar até ao desespero da agonia,
o poeta escreverá com alcatrão nos muros da cidade:

ABAIXO O MISTÉRIO DA POESIA.

Luso Soares:

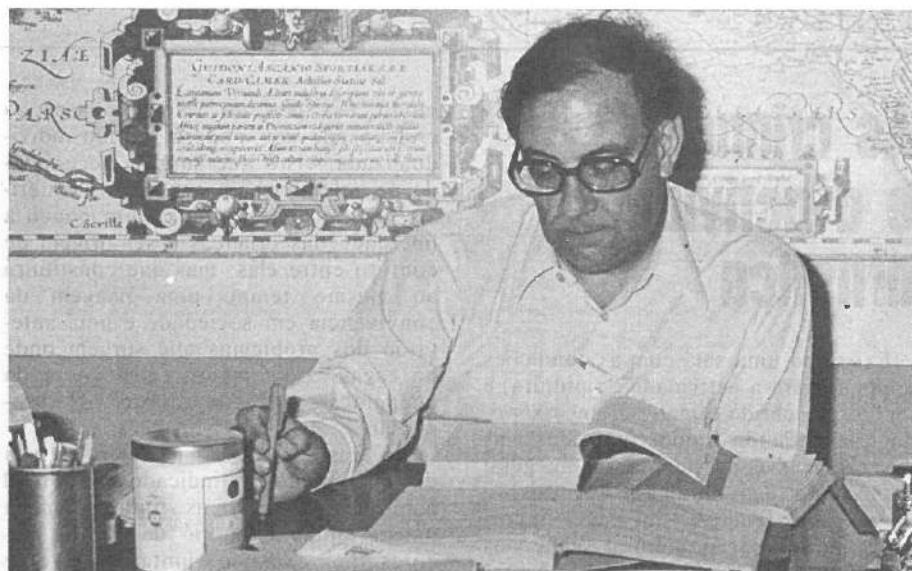
O escritor tem de ser um aliado da revolução

Após o 25 de Abril, a literatura tem perdido largamente terreno em relação ao ensaio, ao estudo de problemas sociais, históricos, políticos, apresentados de modo mais ou menos acessível ao público leitor. A recente Feira do Livro veio confirmar, mais uma vez, esta tendência. E, desses ensaios, referiremos hoje um deles, dos mais procurados na dita Feira — a *Introdução à política*, de Fernando Luso Soares — na esperança de que a Fundação Gulbenkian o inclua nas suas bibliotecas itinerantes e fixas e os nossos leitores aí o possam encontrar, requisitar e introduzir-se, numa leitura útil, no domínio da política.

Para ajudarmos a essa introdução, procurámos Luso Soares, com quem mantivemos uma conversa de que transcrevemos os passos principais. Constatarão que o autor, directo, incisivo, não receia as palavras.

CdP — O seu livro *Introdução à política* está entre os mais vendidos nas últimas semanas. O que vem, uma vez mais, comprovar o que já várias vezes tem sido dito: a partir do 25 de Abril, a ficção passou a vender-se muito menos.

LS — Estou convencido que não se vende mesmo. Eu tenho passado pelos vários stands de ficção da Feira do Livro e verifíco, depois de falar com os empregados, que até os autores de ficção até aqui considerados mais comerciáveis se vendem muito pouco. O público realmente desinteressou-se. E é muito fácil perceber porquê. A ficção portuguesa está completamente desfasada, atrasadíssima em relação ao processo, não trás novidade nenhuma, e eu sou daqueles que pensa que a arte e a literatura têm uma função instrumental e de descoberta da realidade. Pois a literatura portuguesa não tem descoberto absolutamente nada neste último tempo. A realidade ultrapassou rapidamente a literatura e pô-la para o lado. As pessoas têm que ir procurar a



satisfação do seu desejo de interpretar e de descobrir o real por outras vias.

CdP — E neste momento é sobretudo o ensaio político que está a despertar maior interesse.

LS — E o que está na berra. Eu vou dizer uma coisa que não agrada a muita gente, ou a quase ninguém, mas a revolução, hoje, do escritor em Portugal, é um folclore. Eu não posso deixar de ser sincero a ponto de dizer isto: sem dúvida nenhuma, sou membro da Associação Portuguesa de Escritores, mas tive todo o cuidado em não ir ao Congresso. Há coisas de militância, acho eu, mais importantes neste momento. Além disso, e é triste dizê-lo, eu vejo o escritor português completamente ingénuo perante o processo revolucionário. Estava habituado a alcançar-se ao nível quase das divindades e as forças revolucionárias são outras, têm que ser de base. Realmente as forças revolucionárias são as forças dos operários trabalhadores. De maneira nenhuma o escritor pode sentir a angústia que leva o operário, o trabalhador, o proletário a ser uma força revolucionária e eu posso dizer-lhe em duas penadas qual é a minha ideia. O operário, o proletário, quando produz uma mercadoria, essa mercadoria não é dele, ele não é dono daquilo que produz e é isso realmente que determina que a classe trabalhadora seja a classe revolucionária. A revolução é a apropriação pelas classes trabalhadoras dos meios de produção e do produto dessa produção. O escritor, escreve um livro, pode vender a edição, mas continua a ser sempre o dono da obra. Está sempre marcado pelo circuito entre ele e a sua obra, a sua obra e ele, estabelecendo muito uma junção íntima entre os dois e que é perfeitamente o contrário do que acontece com o operário, que uma vez feito o seu produto, a sua obra, ela não lhe pertence. E a revolução é a conquista pelo trabalhador daquilo que ele produz e que não lhe

pertence. Isso não acontece com o escritor.

CdP — E acha que isso se passa especialmente com o escritor português?

LS — Sim... Eu de uma maneira geral diria que com a generalidade do intelectual. O escritor pode ser uma força auxiliar da revolução, pode ser um aliado da revolução, mas tem que aprender a sê-lo. Eu tenho muita pena, mas a ideia que faço do nosso escritor é que ele é, politicamente profundamente ignorante. É que todos se consideram pequenos deuses e ao fim e ao cabo são deuses que nem pés de barro têm.

CdP — E hoje as coisas são muito mais concretas?

LS — Claro. E agora posso dizer-lhe porquê o meu livrito da «Introdução à Política», parece que realmente se tem vendido bem: porque, de certo modo, correspondeu a uma necessidade. É um livro dirigido aos estudantes, mas estudantes num sentido lato, àqueles que querem realmente recuperar de certa maneira o tempo perdido, de uma forma o mais condensada possível, mas com uma coisa que do ponto de vista intelectual eu não podia abdicar: é que o livro é extraordinariamente partidário. E dir-me-ão: mas isso é pedagógico? É altamente pedagógico, porque a pedagogia exerce-se na medida em que provoca reacções críticas violentas e duras, ou reacções de apoio e concordância e de desenvolvimento. Isso é que me parece que é a introdução à política. Quer dizer, é o «descarneirizar».

CdP — Corajosamente partidário?

LS — Eu digo, honestamente partidário.

GINA DE FREITAS

As crianças e a actividade artística

Existindo uma sala com as condições mínimas para a actividade da pintura, e tendo sido obtido o material necessário, quer, angariando fundos junto dos pais das crianças e da população em geral quer junto das entidades centrais, a quem cabe, também, um papel importante na revolução cultural, cabe aos dinamizadores dessa actividade, captar e desenvolver a atenção das crianças.

As formas de actuação dependem da iniciativa e motivação pessoal dos monitores e variam de região para região, de comunidade para comunidade, e não se pode aconselhar um comportamento que seja útil tanto para o Norte como para o Sul do País, para Lisboa ou para a província. A nossa experiência localiza-se em bairros operários satélites de Lisboa, e como tal deve ser entendida não como um conjunto de normas a ser inevitavelmente respeitadas, mas como uma simples informação cultural a ser confrontada com as condições reais do meio ambiente em que sejam recebidas.

PREPARAÇÃO

O monitor deve entrar na sala antes da chegada das crianças, e preparar tudo para que elas possam começar a pintar logo que entrem. A disposição das crianças deve ser tal que não se possam incomodar mutuamente. Por isso, é necessário dar-lhes o mínimo de espaço e pôr o material necessário ao seu alcance.

O papel pode ser fixado nas paredes, por meio de pioneses ou de fita gomada ou poderá, também, ser disposto sobre mesas ou carteiras, de preferência paralelas ao chão. No caso de ser fixado na parede, convém colocar um papel de jornal de maiores dimensões por detrás e outro no chão, evitando assim que se sujem as paredes e o soalho. O restante papel deve ser arrumado numa estante ou num armário, já cortado e preparado, ao alcance das crianças.

Cada criança deverá dispor de um pincel, um lápis, um recipiente de água limpa para fabricar as cores, outro recipiente de água para lavar o pincel, cinco pequenas vasas com as cinco tintas em pó e com um pouco de dextrina, no caso de se tratar de tinta cenográfica, uma paleta para elaborar as cores e um pano. Muitas vezes é impossível reunir tanto material ou organizar a sua distribuição de um

modo tão perfeito. Nestes casos, a criação não poderá ser tão individualizada, visto que surge a necessidade de colectivizar o acesso aos materiais, o que poderá reduzir um pouco a liberdade das crianças e ser origem de conflito entre elas, mas que constituirá ao mesmo tempo uma imagem da convivência em sociedade e uma antevisão dos problemas que surgem onde há escassez de meios essenciais e da cooperação necessária para os ultrapassar.

No caso de a criança ter ao seu dispor os materiais indicados, será fácil habituá-la a fazer as tintas sobre a paleta juntando ao pó da cor ou das cores (por exemplo, juntando o verde com o azul obtém-se amarelo) um pouco de água limpa, e a lavar o pincel, sempre que haja uma mudança de cor. No caso desse material não existir, a tinta deverá ser preparada pelo próprio monitor, e colocada num local a que possam ter igualmente acesso todas as crianças.

Para combater a falta de pincéis, é possível ensinar as crianças a construir em eles próprios os seus pincéis, desfiando um pouco de corda e fixando-a na ponta de um pedaço de cana ou de uma varinha.

TEMA E REALIZAÇÃO

Por vezes a criança sabe perfeitamente o tema que quer representar. Neste caso, o monitor deve manter-se à margem do processo criativo, tanto no que diz respeito à formação da ideia como ao modo como a criança o materializa e limitar-se a discutir os resultados obtidos com a criança e os seus colegas.

No caso de a criança estar indecisa quanto ao tema a representar, o monitor deverá sugerir às crianças conforme as idades:

Para crianças até aos seis anos, o tema deverá ser de ordem muito geral: o sol, a neve, a mãe, animais, o homem, etc. Para crianças dos 6 aos 12 anos temas mais preciosos: o trabalho, a montanha, a aldeia, a vila ou o bairro, a escola, o mar, o céu, etc. Para adolescentes, temas que exijam uma execução mais pormenorizada e relacionados com o trabalho: o mercado, a festa, o desporto, a sementeira, a colheita, a fábrica, a pessoa, etc. Em qualquer dos casos, para motivar as crianças, os temas sugeridos devem estar relacionados com o seu dia-a-dia, e com as preocupações do agregado populacional a que pertencem.

Uma história contada pelo monitor ou por uma das crianças, uma canção cantada por todos, uma imagem ou gravura mostradas ao princípio da ses-

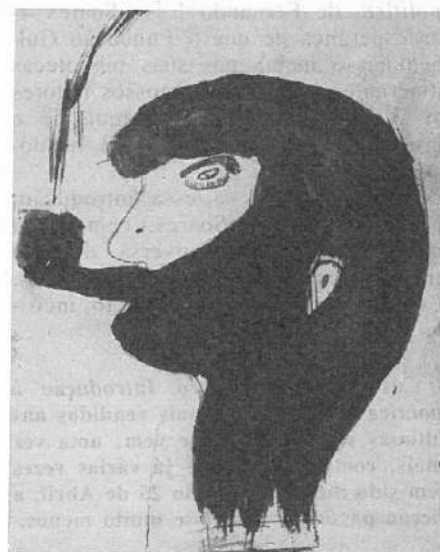
são, podem constituir o tema das pinturas.

Sugerindo o tema, a forma como a criança o queira transmitir para o papel deve ser inteiramente livre. O monitor deverá somente intervir com sugestões técnicas, no caso da pintura não representar objectos visíveis, sendo portanto abstracta ou não figurativa. Assim se a criança está a pintar o papel todo de azul, poderá o monitor sugerir combinações de cor, criação de formas etc...

Sempre que o tempo o permita, deverão ser organizados passeios aos sítios mais bonitos das redondezas, onde as crianças poderão pintar, quer para representar directamente a natureza quer para transmitir os sentimentos por ela provocados.

COMUNICAÇÃO

Em todos os casos, cada pintura deve ser pretexto para comunicação entre a criança o adulto-monitor e as outras crianças. Só assim a consciência da criança sobre si mesma e sobre a sua própria acção se irá aprofundando:



O adulto

Com o desenvolvimento do trabalho, das formas organizativas centradas em volta da pintura, da consciência do grupo, o monitor poderá encaminhar as crianças para a execução de trabalhos colectivos, no exterior, em muros ou quaisquer superfícies lisas, o que contribuirá para a melhoria global do ambiente no local onde vivemos, e para o desenvolvimento do espírito comunitário. Estes trabalhos devem ter por base projectos a serem propostos por cada uma das crianças do grupo, dentre os quais deve ser escolhido democraticamente o mais adequado, a ser executado por todos, de preferência num dia festivo, inteirado numa série de outras

(Cont. na pág. 32)

1580

A perda da independência

A batalha de Alcácer Quibir deu-se a 4 de Agosto de 1578 e nela morreu «... a flor da nobreza e o que de mais válido se pôde apurar na gente do povo, deixando o reino desolado, exausto e faminto».

Em virtude do desastre sofrido pelas forças portuguesas o cardeal D. Henrique foi aclamado rei de Portugal.

A notícia da derrota, que se soube em Portugal a 23 do mesmo mês e ano, fez desesperar as gentes do povo que tinham contribuído, muito contra vontade, com dinheiro e com as suas vidas.

O povo revoltado acusa abertamente os responsáveis por uma empresa que quase toda a gente reprovara (nobres e povo, espanhóis e mouros).

«...Tal era o agravo e sentimento de sua queixa, que sem terem pejo de ninguém, assim andavam pelas praças e ruas fazendo ajuntamento, como gente sem juízo, desesperados, pedindo justiça e misericórdia».

Para contentar os revoltosos o cardeal-rei aboliu muitas leis decretadas por D. Sebastião, anulou o tributo sobre o sal, determinou que se devolvesse aos órfãos o dinheiro que lhe tinha sido tirado, mandou que se restituíssem os subsídios que os mosteiros pobres tinham entregue ao rei.

Estas determinações eram acertadas para contentar alguns, mas não se via como o cardeal ia satisfazer estes pagamentos estando o tesouro público sem vintém. A aventura de África custara muito cara (cerca de um milhão de cruzados). Por causa disso muitos males assolavam o País: falta aflitiva de dinheiro, a pobreza e a fome eram companheiros inseparáveis do povo português, escasseavam os homens à altura de resolver os problemas do governo, o rei era velho e doente e, como se isto não bastasse, a peste diminuía as já poucas gentes do reino.

SITUAÇÃO GRAVE

A situação era particularmente grave porque sendo o rei velho e doente e não podendo casar porque era cardeal (o papa não lhe autorizara que o fizesse), estava o reino em risco de perder a independência, não por falta

de candidatos ao trono português, porque os havia e muitos, mas porque Filipe II de Espanha, monarca tão poderoso que todos os países da Europa o temiam, alegava «...que tinha melhor direito sobre os demais pretendentes, por ser de entre eles o de maior idade; que era o sucessor legítimo de D. Sebastião e só por muita deferência para com D. Henrique, lhe não questionava a posse do reino; que era do dever de D. Henrique mandá-lo jurar seu sucessor, e abster-se de sentenças».

Para fazer valer o que ele pensava ser de direito mandou o seu «comprador de consciências», Crisóvão de Moura, oferecer ouro aos fidalgos

pela nobreza portuguesa que em pouco tempo podia informar o seu rei de que «...todos os fidalgos portugueses se mostram favoráveis à sua causa mas não assim as classes populares».

O povo não se deixava comprar. Cristóvão de Moura, que facilmente conquistara uma nobreza exploradora, sempre sequiosa de mais riqueza, não fora capaz de comprar um povo que passava fome, que vivia desde há muito humilhado, talvez porque se apercebesse que os seus males aumentariam com a ligação de Portugal à Espanha.

O cardeal tenta salvar a situação reunindo cortes. Febo Moniz ainda se atreve a chamar a atenção da nobre-



A batalha de Alcácer Quibir

portugueses. E muitos houve que o receberam com agrado. Para estes senhores não pesava na consciência a venda de Portugal, contando que aumentassem ainda mais os seus privilégios e enchessem o baú de belas moedas, mesmo que esse ouro viesse de Espanha manchado do sangue dos indígenas da América.

Cristóvão de Moura não perdia tempo e, como bom negociante de consciências e honras, conseguira atrair à causa espanhola a maior parte da «ilustre» nobreza de Portugal. É significativo que os mais acérrimos defensores da ligação de Portugal à Espanha fossem do alto clero. Os bispos de Portalegre, de Viseu, de Leiria, de Silves, etc. receberam, talvez por mensagem divina, a incumbência de catequizar as suas «ovelhas» a favor de Espanha.

Tal foi a acção deste «caixeiro viajante» de Filipe II, tão poderosos eram os seus argumentos, tão intenso era o brilho do ouro que distribuía

za, levantando a voz contra a ideia da ligação de Portugal à Espanha. Porém foi pregar no deserto. Aos seus apelos, aos seus regos, à sua voz da razão, a tudo os nobres eram surdos.

Que efeito poderia produzir uma ou outra voz que se erguesse contra Filipe II se o alto clero, a nobreza, os procuradores do povo se tinham deixado comprar. Os mercadores «... que fazem como sempre cálculos sobre o patriotismo da gaveta...» trocaram por ouro os poucos escrúpulos que ainda lhes restavam.

Para defender a pátria ficaram aqueles a quem não seduzira o ouro. E esses eram poucos e pertenciam às camadas mais pobres da população: camponeses, baixo clero, homens de ofícios. Ao lado destes e pela defesa da independência nacional, colocaram-se uns poucos fidalgos e os estudantes de Coimbra.

O cardeal D. Henrique, vê-se rodeado de traidores, de homens vendi-



O cardeal D. Henrique...

dos, que esperam o dia da sua morte para entregar Portugal à Espanha.

Indeciso, não nomeia sucessor; doente enfraquece-lhe a vontade. Mesmo assim tenta a salvação, mas as intrigas, as pressões e por fim a morte, não lha deixam concretizar. Em 31 de Janeiro de 1580 já estava morto sem nada ter resolvido, sem indicar o sucessor que salvaria a pátria.

APÓS A MORTE DO CARDEAL D. HENRIQUE

Após a morte de D. Henrique muitos eram os candidatos ao trono português, sendo os principais D. Catarina, duquesa de Bragança; Filipe II de Espanha, neto de D. Manuel I; D. António, prior do Crato, Filho do Infante D. Luís; o duque de Sabóia, também neto de D. Manuel I; o príncipe de Parma; Catarina de Médicis, rainha de França. Como se vê os candidatos abundavam, porém somente dois são portugueses. À semelhança do que acontecera em 1385 teria sido possível afastá-los com os mesmos argumentos que então se tinham dado para recusar D. João, I de Castela.

Se o ouro não toldasse a razão daqueles que tinham obrigação de defender a independência nacional não teria sido difícil fazer crer Filipe II, a bem ou à força, que ele não tinha direitos sobre o trono português, porque ele era rei estrangeiro e que os portugueses saberiam escolher o rei que muito bem entendessem. Porém isso não aconteceu.

D. Catarina fechou-se num silêncio conivente. Daí nada havia a esperar. D. António, prior do Crato tentou por todos os meios ser reconhecido como filho legítimo do príncipe D. Luís, irmão de D. Henrique, porém o cardeal embarçou-lhe inexplicavelmente as pretensões. Ou por ódios antigos ou por excesso religioso, fez tudo para prejudicar o sobrinho, não vendo que assim tornava quase impossível manter Portugal independente.



e o Prior do Crato

A atitude indiferente da Casa de Bragança e a morte do cardeal-rei sem ter indicado sucessor, facilitaram as pretensões de Filipe II. Não da maneira que tinha projectado. Ter-lhe-ia sido melhor que o rei português o tivesse indicado para seu sucessor. Nem o ouro, nem as ameaças tinham convencido o cardeal. Por isso teve de invadir Portugal para conquistar um trono que ele tinha esperado que lhe fosse oferecido de bandeja.

Essa acção também não lhe seria muito custosa. À parte o povo miúdo, sem preparação militar, uns poucos fidalgos, o prior do Crato e o baixo clero, ninguém mais lhe oferecia resistência.

Numa tentativa para remediar a situação o cardeal ainda nomeara uma junta para o substituir, depois da sua morte, na regência do reino, mas os seus componentes eram gente favorável à união de Portugal com a Espanha.

As pessoas pareciam ter esquecido o exemplo de 1385. Nessa data o povo elegera um rei por sua vontade. D. António era o candidato que deveria ter sido eleito em 1580, mas não foi.

O POVO REVOLTOU-SE

Quando era já tarde o povo revoltou-se enfim e pôs-se ao lado do prior do Crato que foi aclamado rei em Lisboa, Santarém, Setúbal e outras terras.

O exército espanhol, comandado pelo duque de Alba, era um corpo disciplinado, bem armado, enquanto o do prior do Crato era uma pequena força sem disciplina, mal armado.

Estas forças desiguais encontraram-se em Alcântara no dia 25 de Agosto de 1580. O resultado era fácil de prever. Ao fim de meia hora de luta o chefe da pequena força portuguesa teria de se retirar vencido.

A indiferença da Casa de Bragança perante estes acontecimentos é indesculpável. O duque de Bragança tinha

possibilidades de mobilizar força superior ao exército espanhol, porém nem mexeu um dedo, comprometendo irremediavelmente a independência nacional.

Apesar dos principais responsáveis terem abandonado a defesa do país, os espanhóis encontraram sérias dificuldades para tomarem algumas praças portuguesas, que chegavam a opor grande resistência ao invasor. Assim aconteceu em Elvas, Vila Viçosa, Cascais, etc.

A situação de D. António era semelhante à do Mestre de Avis em 1385. Tal como ele era filho bastardo. Também ele contava com o apoio de alguns nobres e de parte do povo. As pretensões de Filipe II também poderiam ser anuladas como o foram as de D. João, rei de Castela. Então porque D. António não triunfou? O prior do Crato era um bom capitão, porém não tinha ninguém que se assemelhasse a um D. Nuno Álvares Pereira.

As gentes do povo de Lisboa em 1383-1385 tinham apoiado o Mestre. Em 1580 afadigavam-se na preparação das festas com que receberiam Filipe II.

Que pode fazer um capitão sem exército? Quanta valentia tivesse esse capitão só por si não lhe chegaria para enfrentar as tropas do invasor estrangeiro.

Sem o apoio do povo todos os movimentos revolucionários estão destinados ao fracasso. De entre os do povo, D. António só poderia contar com os mais humildes, que foram quem o recolheu, acarinhou e escondeu dos espões espanhóis que procuravam ganhar o prémio da sua captura.

Muitos pagaram com a própria vida a sua lealdade, mas D. António não foi denunciado e pôde retirar-se para França donde tentaria sempre combater o rei invasor e libertar Portugal. Apesar do auxílio de reis estrangeiros e das tentativas que fez nunca conseguiu alcançar uma vitória. Uma má sorte parecia perseguir os defensores da independência nacional. Os que não foram assassinados por ordem de Filipe morreram no exílio.

Em 26 de Agosto de 1595 morria D. António prior do Crato e, com ele a última esperança dos oprimidos, dos que lutavam pela independência nacional.

Iriam passar-se 60 anos até que a consciência dos Portugueses despertasse da longa noite de opressão estrangeira.

Neste espaço de tempo nem tudo foram facilidades para o domínio estrangeiro, pois teve de fazer frente a muitas revoltas populares.

Quantas vezes estalava a revolução, tantas vezes se abatia sobre ele a reacção dos que dominavam Portugal.

A CASA É UM UTENSÍLIO

Um edifício, seja ele uma casa, uma estação de caminho-de-ferro, uma escola, é em primeiro lugar uma coisa que satisfaz uma necessidade socialmente bem determinada.

Está aí a sua razão de ser.

Esta utilidade confere-lhe um valor de uso, à luz do qual o edifício pode ser julgado: serve, não serve; é confortável, não é, etc.

Porém esse mesmo edifício é também uma mercadoria por causa das diversas operações industriais e comerciais exigidas pela sua produção e pelo seu consumo.

Como mercadoria ele tem então um valor de troca.

Quer dizer: objectivamente, um edifício tem simultaneamente um valor de uso para quem o utiliza, e um valor de troca para quem o produz.

USO E TROCA

Do ponto de vista do uso, isto é, para que o edifício cumpra a função que lhe está socialmente indicada, não basta construir qualquer coisa, e dar-lhe depois um nome, escolhido de entre os nomes que nos são familiares: creche, casa, fábrica ou hospital. É preciso que ao ser concebido e desenhado se entre em linha de conta com o tipo de actividades humanas que vai abrigar (assistência, habitação, trabalho, saúde), com a comodidade de utilização, o tamanho conveniente, isolamento contra o frio, o calor e o ruído, solidez da construção, o aspecto, etc.

É este respeito pelos factores humanos e técnicos que o distinguirá de outros edifícios e lhe confere um valor de uso efectivo.

Do ponto de vista da troca, são os factores económicos que entram em jogo: custo do terreno, custo da construção em que intervêm custo da mão-de-obra, tempos de construção, mercado dos materiais, etc.; e situação do mercado da procura.

É claro que estes dois valores (de uso e de troca) são inseparáveis, pois pertencem ao mesmo processo produtivo.

Os interesses de um campo e do outro é que podem ser contraditórios e irreconciliáveis, gerando conflitos que



Vive-se mal...

só uma mudança radical da situação pode sanar. Nos quadros de uma economia capitalista, dominada pelo interesse privado, pela ganância do lucro, os interesses do edifício como mercadoria predominam e subjugam os seus interesses como bem social utilitário.

Esse processo especulativo não só leva à produção de edifícios de baixa qualidade, como também arrasta todo o sistema produtivo para caminhos irracionais: será que tudo o que se produz no domínio da construção é socialmente necessário? Será que se produz o que é mais necessário? E de um modo mais geral: estará o interesse privado em condições de prover à coerência social de todo o sistema produtivo? É evidente que não.

A CASA É UM UTENSÍLIO

O que acaba de dizer-se sobre os edifícios pode generalizar-se, e ser estendido a todo e qualquer objecto do uso comum pois, bem vistas as coisas, os edifícios mais não são do que utensílios de uma espécie particular mas que nem por isso deixam de pertencer à imensa cadeia de artefactos produzidos pelos homens para satisfação das suas necessidades, na produção da sua existência material.

Todos nós utilizamos, na vida de um só dia que seja, uma quantidade inumerável de objectos — já alguém os contou alguma vez? — uns simples, outros complexos, para satisfação das nossas necessidades. No seu conjunto, estes objectos constituem como que uma segunda natureza; são, por assim dizer, os suportes materiais de todas as nossas actividades, solitárias ou compartilhadas.

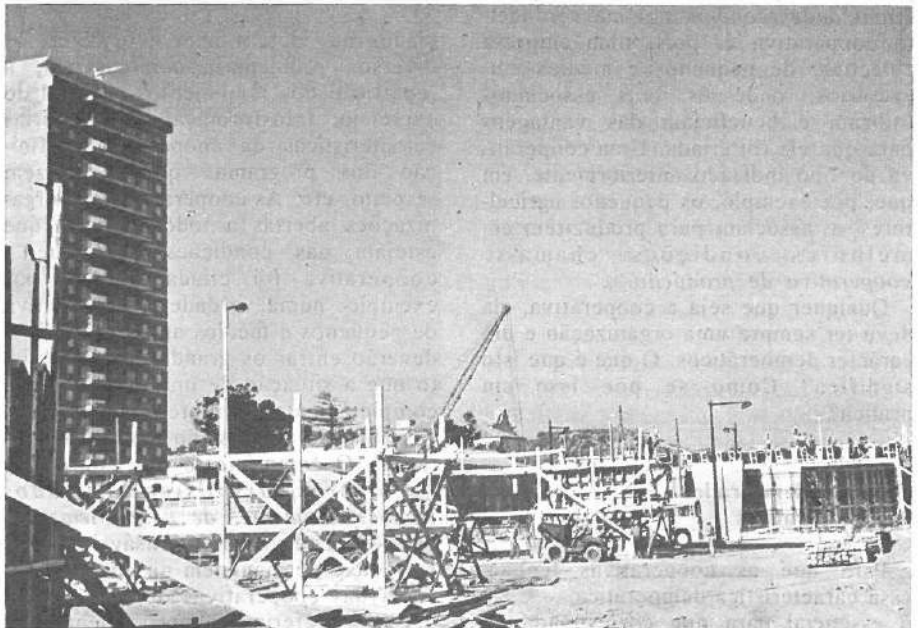
VIVE-SE MAL NA CIDADE

Esta segunda natureza que é o meio físico construído que nos cerca, está à vista: é o espectáculo e o quadro da nossa vida quotidiano.

Ele conta-nos a maneira como os homens, no correr das gerações, deram resolução aos seus problemas do abrigo contra a hostilidade do ambiente natural e social. Por isso se poderá dizer que o meio físico é a presença visível da história.

Ele conta-nos também a história fabulosa da corrida à apropriação privada do solo, e à consagração universal do

(Cont. na pág. 32)



e constrói-se, tantas vezes mal!

Cooperativas agrícolas

Uma cooperativa é uma associação de pessoas economicamente débeis que procura assegurar aos seus membros melhores condições económicas e sociais. Na nossa agricultura, como sabemos, existe um elevado número de pequenos agricultores cujas explorações têm uma superfície bastante reduzida. A fraca área dessas parcelas levanta dificuldades a uma melhor organização do trabalho e da exploração da terra, assim como à utilização de meios mais modernos e mais produtivos, com vantagens não só para os próprios agricultores como para toda a economia portuguesa. Com a associação cooperativa, os pequenos agricultores podem fazer culturas cujo produto se destine mais ao mercado do que para seu consumo próprio, podem preparar melhor as terras, podem modificar o sistema de culturas e as técnicas utilizadas, baixando os custos de produção. Além disso, é também mais fácil através da associação de pequenos agricultores obter créditos em condições mais favoráveis, comprar os produtos de que necessitam para trabalhar a sua terra, assim como outros serviços, a preços mais baratos, e finalmente vender a sua produção em melhores condições do que conseguem quando a vendem isoladamente. Por outras palavras: *numa verdadeira cooperativa — constituída por pequenos e médios empresários — os seus associados procuram e conseguem resolver problemas que resultam da sua fraca capacidade económica.* Uma verdadeira cooperativa é, pois, uma empresa colectiva, de pequenos e médios empresários, onde os seus associados utilizam e beneficiam das vantagens para que ela foi criada. Uma cooperativa do tipo indicado anteriormente, em que, por exemplo, os pequenos agricultores se associam para produzirem em melhores condições, chama-se *cooperativa de produção.*

Qualquer que seja a cooperativa, ela deve ter sempre uma organização e um carácter democráticos. O que é que isto significa? Como se põe isso em prática?

Carácter democrático das cooperativas

Para que as cooperativas tenham essa característica democrática — e ela é essencial para que corresponda ao interesse de todos os seus membros

associados — é necessário que estes tenham uma *participação constante na vida da cooperativa*, não só na definição das grandes linhas de orientação que diz respeito à cooperativa, como também no controlo permanente das suas diversas funções. Qual a maneira de os associados de uma cooperativa tomarem parte activa em tudo o que interessa à cooperativa? A maneira de os membros das cooperativas participarem nestas é principalmente através da assembleia geral, onde todos os associados estejam em igualdade de circunstâncias, isto é, onde a cada membro da cooperativa caiba um voto, qualquer que seja o capital, ou seja, os meios com que entrou para a cooperativa ou a posição que assume na utilização desta. São essas assembleias gerais dos asso-



Uma cooperativa é trabalho e associação

ciados que determinam e resolvem os diversos problemas, como sejam, a repartição dos rendimentos no final do exercício, transformação das próprias características da cooperativa, definição dos programas que lhe dizem respeito, etc. As cooperativas são organizações abertas a todos aqueles que estejam nas condições para que a cooperativa foi criada. Assim, por exemplo, numa verdadeira cooperativa de pequenos e médios agricultores, não deverão entrar os grandes agrários visto que a situação de uns e de outros é completamente diferente. As cooperativas além de abertas são também voluntárias. *O cumprimento dos estatutos e de outras disposições fixados democraticamente, de assembleias gerais, e condição indispensável para a entrada e permanência na cooperativa.* Além das cooperativas de produção, a que nos referimos anteriormente, há também outros tipos de cooperativas,

como sejam, por exemplo, as de compra, as de venda, as de utilização de máquinas, as de transformação industrial, etc. Sobre cada uma das que citámos, vamos dar algumas indicações sobre as suas finalidades.

Cooperativas de compra de produtos

O custo real de bens e de serviços de que as famílias rurais necessitam, como sejam as sementes, os adubos, as rações para os animais, os produtos para as curas, o equipamento, etc. é frequentemente superior às possibilidades dos pequenos e médios agricultores. Para se vencer esta dificuldade, as cooperativas de compra podem desempenhar um papel muito importante,

evitando que as famílias camponesas fiquem nas mãos de comerciantes privados e obtendo preços directamente na origem e, portanto, mais de acordo com as suas capacidades económicas. Por outro lado, como essas cooperativas concentram a procura dos seus associados, ficam em condições de evitar despesas devidas à dispersão das explorações agrícolas e à irregularidade das compras dos pequenos cultivadores.

Cooperativas de venda

Como se pode concluir do que se disse nas linhas precedentes, idênticas razões impedem que a colocação e transformação dos produtos dos pequenos agricultores se faça em condições que lhes sejam vantajosas. Além da citada dispersão das suas explorações,

(Cont. na pág. 31)

Alimentação infantil

Alimentação artificial e preparação dos biberons

Embora já nos tivéssemos debruçado sobre as vantagens da alimentação natural, parece-nos importante reafirmar aqui que a alimentação ao peito é a que melhor desenvolvimento proporciona à criança.

Com frequência a mãe consulta o médico receando que o seu leite não tenha as qualidades indispensáveis ao bom desenvolvimento do seu bebé. Por vezes o bebé, criado ao peito, tem aumentos de peso superiores ao bebé alimentado com leites tratados, principalmente os enriquecidos com mel. É bom que a mãe saiba que este aumento de peso superior ao que o leite materno consegue, não tem qualquer vantagem nem é indicativo dum desenvolvimento superior do bebé, já que este aumento de peso se faz muito mais à custa do tecido adiposo do que dos outros tecidos. O «bebé gordo» não é de modo nenhum o mais saudável nem o mais harmonicamente desenvolvido. A falta destes conhecimentos cria, muitas vezes na mãe, alguma resistência em proporcionar ao seu filho a alimentação natural do seu leite. É frequente a mãe, ignorante, pôr de parte a amamentação para alimentar o seu filho com determinado leite que o filho de uma amiga toma, e com o qual consegue aumentos semanais de 300 g. Deve esta mãe saber que o aumento de peso que o seu leite proporciona ao seu bebé é constituído, não só por aumento de gorduras, mas de todos os tecidos do organismo do seu filho ao mesmo tempo que lhe proporciona defesas especiais contra as infecções.

Raramente o leite materno é insuficiente em calorías para obrigar a uma alimentação artificial do bebé e, quando tal acontece, isto deve-se a uma deficiente alimentação da mãe.

Entre as causas que podem impor uma alimentação artificial estão certas doenças infecciosas da mãe, tais como: tuberculose, febre tifóide, difteria, febre de malta etc. Ainda doenças cardíacas graves, descompensadas, podem ser causas impeditivas da amamentação. Mais frequentes vezes são as gretas dos mamilos ou a má conformação dos bicos das mamas que acabam

por tornar impossível a alimentação ao peito, devendo ainda, nestes casos, tentar-se a alimentação com o leite materno, extraído da mama com o auxílio de uma bomba própria, ministrado em biberons.

A alimentação artificial

Sempre que é impossível alimentar a criança com o leite da mãe, tem que recorrer-se a outro leite animal, dado através de biberons, e torna-se indispensável conhecer as técnicas da confecção dos mesmos.

O leite de vaca é o que melhor se adapta à alimentação do lactante em substituição do leite da mãe. Pode dar-se fresco, após fervura e diluição adequada, ou após tratamento industrial que o transforma em pó. Esta última forma é hoje a mais corrente por mais fácil de conservar, mais segura na sua composição e mais prática na sua administração.

Há vários tipos de leite em pó, específicos para a primeira infância. Estes leites variam na sua constituição em quantidade e tipos de gorduras, açúcares e proteínas.

O tipo de leite que cada bebé deve tomar de preferência, nas várias idades, deve ser receitado pelo médico pediatra que está apto a escolher criteriosamente, consoante o caso individual.



Não deve a mãe deixar-se guiar por qualquer comparação ou reclame publicitário, mas apenas pelo médico ou pela enfermeira puericultora.

Escolhido o tipo de leite a administrar ao bebé, há que conhecer a técnica da alimentação ao biberon. As diluições

do leite em pó serão receitadas pelo médico ou pela enfermeira puericultora. Todas as embalagens de leite em pó são acompanhadas dum medida que geralmente corresponde a 5 g de leite. Quando o médico aconselha 2, 3 ou 4 medidas desse leite para certas porções de água, deve entender-se que essas medidas devem ser cheias de pó, razas e não calcado o pó que originaria maior concentração de leite no biberon que a que foi receitada.

Parece-me importante chamar a atenção para o facto de, a maior causa de perturbações intestinais no bebé ser devida, não à quantidade do leite usado, mas à má desinfecção dos biberons.

Preparação dos biberons

Após cada mamada o biberon e tetina devem ser muito bem lavados com escova e água até remover todos os restos que fiquem agarrados ao vidro e borracha. Pode usar-se sabão na lavagem, tendo depois o cuidado de enxaguar várias vezes o biberon e a tetina, a fim de remover todos os vestígios de sabão.

Antes de utilizar novamente o biberon e a tetina estes devem ser fervidos numa panela com água pelo menos durante 10 minutos. Após terem sido fervidos, o biberon e a tetina devem ficar num recipiente tapado, ao abrigo das poeiras, que pode ser a mesma panela ou tacho onde se ferveu.

Quando quiser preparar o biberon deve ter-se o cuidado de lavar muito bem as mãos e evitar, o mais possível, tocar com as mãos no bico da tetina e no interior do biberon. Para confeccionar o biberon, usa-se água fervida que pode estar aquecida à temperatura que se deseja o biberon, mas nunca demasiado quente para não alterar a constituição do leite. Deita-se a água nos biberons até à porção prescrita pelo médico ou enfermeira e junta-se-lhe o número de medidas de leite em pó. Adapta-se a tetina e agita-se até dissolver o pó completamente.

O biberon pode também fazer-se com água fervida fria e, neste caso terá que, depois de pronto, aquecer-se em banho-maria até à temperatura desejada.

Devemos chamar a atenção para que uma vez preparado, o biberon deve ser dado imediatamente à criança ou conservado no frigorífico. Um biberon, depois de preparado, não pode manter-se à temperatura ambiente, esperando à hora da mamada, mais que uns escassos 15 minutos, e muito menos deve guardar-se em sacos ou termos a temperaturas superiores.

Por muito cuidado que haja na preparação do biberon, este contém sempre

(Cont. na pág. 31)



**Entrevista com o
Secretário de Estado das
Pescas, Mário Ruivo:**

«A organização em cooperativas é uma das formas que pode tomar a transformação da pesca no país»

No contacto que tivemos com os pescadores de Matosinhos no seu dia a dia, tomámos consciência da dura vida que é a desses homens, bem como dos múltiplos e graves problemas que existem no sector da pesca. No intuito de sabermos e darmos a conhecer aos nossos leitores, qual o tipo de soluções que estão previstas para este sector, que dizem respeito não só àqueles que nele trabalham como à população em geral, ouvimos o secretário de Estado das Pescas, o Mário Ruivo. É essa conversa, que a seguir relatamos.

CdP — Dr. Mário Ruivo, estivemos há alguns dias em Matosinhos. Por várias vezes falámos na possibilidade dos pescadores se organizarem em Cooperativas

como um eventual contributo para a resolução dos muitos problemas que se lhes põem, nomeadamente de remuneração. Gostaríamos de saber como encara a possibilidade de formação destas cooperativas, e se entende que são necessárias para a transformação, que se deseja, do sector das pescas.

SEP — O problema de Matosinhos, no fundo, é um dos casos que existem em Portugal no sector das pescas. Outros há muito mais graves como, por exemplo, os que encontrei nos Açores.

É um sector tão variado nas suas características e enferma de problemas de ordem estrutural tão profundos, que toda a solução tem de entrar em linha de conta, entre outros aspectos, com o

factor tempo. Chamo a atenção para o factor tempo pois é aquele que, normalmente, as pessoas não introduzem nas suas análises da situação. No fundo, o problema é idêntico ao de alguém que esteja a sofrer de uma doença muito grave e espera que o médico lhe dê, imediatamente, uma medicação ou lhe faça um determinado tratamento. Um médico consciente, em muitos casos, prefere adiar um número de horas para poder fazer um diagnóstico correcto e pôr em movimento um processo, que ele considera o melhor para curar o doente. É evidente que a impaciência das pessoas, por um lado é positiva pois gera energias e tensões que consciencializam a opinião pública, as autoridades e as comunidades dos problemas mas, por outro lado é indispensável uma reflexão tão fria, quanto o nosso temperamento latino o permita, para procurar encontrar soluções adequadas e racionais.

Desde há meses, que chamamos a atenção das comunidades de pescadores, não só de Matosinhos como de outros pontos do País, para o interesse que as cooperativas de pesca, ou de pesca e venda, podem oferecer para a transformação progressiva do sector. É sobretudo para o tipo de pesca artesã-

nal, da pesca da sardinha em muitos casos, e de pequenas comunidades de pescadores que estejam colectivamente interessados, que a solução das cooperativas terá maior importância.

A mobilização do interesse à volta das cooperativas tem-se processado, quer pela intensificação de contactos dos membros da Secretaria de Estado das Pescas com as comunidades de pescadores, quer através de reportagens na Rádio e na Televisão chamando a atenção para as vantagens desta forma de organização. Nós não queremos forçar soluções. Queremos sim a participação das pessoas que aderem de livre vontade à cooperativa, com a consciência que isso vai no sentido da melhoria da sua situação e da defesa dos seus interesses.

Neste momento, existem já formadas sete cooperativas de pesca de pequena dimensão. Foi necessário, entretanto, recrutar e até formar rapidamente monitores de cooperativas de pesca e mobilizar mesmo algum dinheiro. Nós próprios tivemos de lutar, e continuamos, para vencer certas burocracias que ainda existem no aparelho de Estado para a movimentação de fundos. Para podermos demonstrar através da própria acção, que a organização em cooperativas é uma das formas que pode tomar a transformação da pesca no nosso país. Cooperativas que poderão ser em alguns sítios de produção e, noutros, de produção e venda. No nosso entender, elas devem estar empenhadas no processo mais profundo de promoção social, cultural e política dos seus participantes, os pescadores. É necessário utilizar estas formas de organização, que são as cooperativas, para lhes associar, quando possível, cursos de alfabetização, assistência social e campanhas de dinamização cultural e esclarecimento dos objectivos do MFA e do processo social e político, que decorre no nosso país. Isto é, colocar as comunidades de pescadores no processo de transformação do Portugal, que queremos construir.

SITUAÇÕES E GANHOS DIFERENTES FAZEM DIVIDIR OS PESCADORES

CdP — Falou em impaciência, mas nós não a encontramos junto dos pescadores de Matosinhos. Existe sim, uma falta de esclarecimento muito grande e uma divisão, provocada pelas diferentes remunerações e regalias que auferem, os pescadores da pesca artesanal, da sardinha e do arrasto. Podemos ainda, dentro das pessoas ligadas ao sector das pescas, dividi-las em três grupos. O primeiro, é o dos armadores que possuem os meios de produção — os barcos; o segundo grupo é constituído pelos pescadores, que só têm os braços para trabalhar; e o terceiro composto pelos mestres, em

quem toda a gente reconhece os privilegiados das pescas.

MR — Existem, efectivamente, diferentes categorias que obtêm desiguais remunerações e benefícios e, que ocupam dentro da estrutura da pesca posições diversas. Isto, está evidentemente ligado ao facto da pesca ser uma actividade humana, com uma história muito longa e, que não evoluiu com a mesma velocidade de outros sectores de exploração e aproveitamento dos recursos naturais. Se nós olharmos para um anzol ou para as redes de



pescas, verificamos que na Pré-História se encontram, praticamente, o mesmo tipo de engenhos. Apenas, com a diferença, que hoje as redes são feitas em nylon e antigamente eram em cânhamo. Não houve, portanto, uma grande transformação de tipo qualitativo. Houve sim, uma transformação em termos quantitativos. É certo, que se olharmos para o panorama mundial e, até, para alguns sectores da nossa pesca, se verifica, sobretudo a partir da última guerra, uma introdução progressiva de nova tecnologia. Tal é o caso dos radares, sondas acústicas, sonoras e de outros aparelhos que permitem melhorar a navegação ou detectar mais facilmente o peixe e, passar a uma fase mais industrializada desta actividade. Simplesmente, a introdução de nova tecnologia ou o aproveitamento de formas avançadas de exploração dos recursos piscatórios está intimamente ligado à especialização técnica e ao conhecimento.

As populações de pescadores são, na sua maioria, pobres. Elas foram, ao longo destes anos, marginalizadas e altamente exploradas. A estrutura em que estavam inseridas procurava utilizá-las como mão-de-obra barata e não se preocupava com a promoção social e cultural dessas comunidades.

Os pescadores constituíam uma grande massa que tinha grandes dificuldades de informação. A promoção profis-

sional e social desses homens estava dependente da experiência acumulada ao longo de anos — como é o caso dos mestres — ou da possibilidade de frequentar escolas e adquirir o conhecimento da tecnologia moderna.

Para transformar o sector das pescas e a desigualdade de remunerações é necessário utilizar da maneira mais racional e inteligente, cada um dos vários tipos de pesca existentes. Para isso, é necessário fazer um estudo dos custos de produção e, analisar qual o tipo óptimo de equipamento e navio para a pesca nas zonas costeiras, nas rias e, a que é realizada junto das costas de outros países — a pesca longínqua. É evidente que, para cada um dos tipos de pesca existe um certo tipo de rentabilidade, como existe, também, um tipo de esforço e sacrifício diferente. É preciso pois, para os vários tipos de pesca, programar melhor as operações, obter o rendimento máximo, o que permitirá uma melhor remuneração dos pescadores e, um maior rendimento para o capital investido. É fundamental que, a nível de comunidades de pescadores se promova um amplo debate e, estou certo que surgirão, e já há exemplos, os dirigentes locais que arrastam, mobilizam e contribuem para a organização e esclarecimento dessas próprias comunidades. Por nossa parte, há todo um esforço no sentido de criar escolas de pesca. As que havia mandámo-las encerrar. Pois, não fazia sentido estarmos a gastar dinheiro sem resultados. Torna-se necessário reorganizar as escolas de pesca em termos de funcionamento e, sobretudo, em termos de orientação.

É bom ter em atenção, que a pesca artesanal, em muitos casos, não é a que dá piores remunerações.

Os sindicatos, até agora, têm praticamente acentuado a sua actuação a nível de reivindicação salarial mas, em muitos casos, o problema não se põe em termos de salários mas, em termos de intervenção no funcionamento e gestão das empresas. Esse, parece-me o tipo de reivindicação mais importante no momento actual.

Pensamos ter no fim do ano corrente ou nos meados do próximo ano, em posição, os dispositivos fundamentais para a reorganização do sector das pescas. Dispositivos, que entrarão em funcionamento e permitirão obter frutos substanciais dentro de dois ou três anos. Em menos tempo, penso que não seria possível reorganizar este sector. Não quer dizer que, ao mesmo tempo que se melhorem as condições de vida dos pescadores se não peçam certos sacrifícios, que fazem parte do sacrifício colectivo de austeridade de vida. Consistem, por um lado em reduzir o leque salarial dentro das várias actividades da pesca e, por outro, em obter maior investimento dentro do próprio sector, sem que seja desviado para outros ramos da actividade económica.

É necessário, que cada vez um maior número de pessoas se interessem por este sector.

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

CdP — Tem de haver, pois, mais pessoas interessadas na reorganização do sector...

MR — É evidente que há mais pessoas interessadas na pesca do que, propriamente, os pescadores. Essas pessoas somos nós todos consumidores, bem como todas aquelas pessoas que, infelizmente, não têm ainda acesso a esse tipo de consumo. A pesca é um problema nacional já que o peixe representa 70% das proteínas que nós consumimos.

Devo dizer que a minha experiência de diálogo com as comunidades de pescadores, em muitos casos tenho participado em reuniões com cerca de duas mil pessoas, tenho verificado, o que é extremamente encorajador, que de um modo geral, temos chegado a uma opinião colectivamente aceite e para a qual colectivamente contribuímos.

É necessário, por um lado assegurar o cumprimento de certas leis e regulamentos e, por outro incentivar o debate e a discussão na sua elaboração. Trata-se, evidentemente, de um processo que leva o seu tempo.

CdP — Os pescadores têm sido chamados para a elaboração das normas que regem a pesca, nomeadamente, através dos seus organismos de defesa de classe que são os sindicatos?

MR — Quanto à formulação das leis, existe a Comissão Nacional das Pescas e da Protecção dos Recursos e Ambiente Aquático. É composta pelos organismos representativos dos trabalhadores, quer eles sejam pescadores quer trabalhadores da indústria conserveira, por representantes dos empresários, armadores e industriais de conserva e ainda por representantes dos vários organismos do Governo. A comissão está ainda a funcionar numa fase experimental. Ainda não houve um plenário, muito embora já haja alguns grupos de trabalho constituídos.

São os pescadores que têm de encontrar soluções para os seus próprios problemas pois, não cabe ao Governo resolver tudo. Eu pergunto, a riqueza do mar a quem interessa? — Em primeiro lugar, à comunidade nacional. Mas interessa também, e muito particularmente, os pescadores. Principalmente se eles se organizarem em cooperativas ou trabalharem em empresas sob controlo estatal.

É evidente que dá muito mais trabalho este nosso processo de participação, do que os processos autoritários. E os resultados, com todo o preço que temos pago, não me parecem negati-

vos. Começamos hoje a sentir os sintomas da transformação. Como é o caso, por exemplo, da formação das sete cooperativas já existentes, uma melhor reformulação das reivindicações e a criação das empresas públicas ou com intervenção estatal.

ACABAR COM OS INTERMEDIÁRIOS E A ESPECULAÇÃO

CdP — Parece-nos da maior urgência resolver o problema dos preços a que é comprado o pescado, de molde a acabar com as especulações selvagens no mercado, que encham os bolsos a meia dúzia de «parasitas» e, prejudicam o consumidor. A resolução desse problema interessa não só aos pescadores — já que a maior parte deles é remunerada em função do valor que o peixe capturado atinge na lota — como também à população em geral e, muito principalmente à que dispõe de menores recursos. Gostaríamos de saber como se procura



dar solução a este problema e se, eventualmente, está previsto o estabelecimento de um preço máximo e um preço mínimo para o pescado?

MR — Para metermos nos eixos o problema do preço do pescado, temos de resolver primeiro o problema das lotas e das vendagens, o que já está a caminho com a criação de comissões consultivas junto de cada lota. Comissões estas, em que estão representados os pescadores, os armadores e as autarquias locais e que se destinam a vigiar o que lá se passa. Em segundo lugar, temos de fazer a instalação de uma rede de frio, o que leva o seu tempo, mas os primeiros passos para a sua concretização estão dados. Finalmente temos a comercialização, que constitui realmente um problema de difícil resolução devido ao grande número de intermediários. Já tomámos, contudo, algumas medidas para transformar o Serviço de Abastecimento de peixe ao País (SAPP) num instrumento

mais útil e operativo do que era antigamente.

A irregularidade dos preços está ligada a variações da oferta e da procura no mercado e à incapacidade de conservar e gerir o peixe capturado. Logo que tenhamos resolvido o problema da captura do pescado, da sua conservação e comercialização, pois nós temos condições para resolver o problema dos preços. É o caso do bacalhau, que já tem um preço tabelado consoante as categorias e, um preço a partir do qual não pode ser vendido ao público e em que as margens de ganho estão já estabelecidas.

PERGUNTAS DOS PESCADORES DE MATOSINHOS A MÁRIO RUIVO

Porque razão não se nacionalizou ainda a pesca?

MR — Devido à sua diversidade e complexidade de situações. Se nós quisermos nacionalizar uma mistura de

empresas falidas e mal estruturadas com empresas rentáveis, nós não resolvemos o problema e podemos generalizar uma doença a sectores que poderiam ser produtivos. Assim, intervimos só naqueles sectores que as forças de circunstância tornavam necessário.

Qual a razão porque se comprou peixe à União Soviética e ao Japão?

MR — Comprou-se numa altura em que os industriais da conserva não dispunham de matéria prima. É, é bom salientar que o negócio foi feito a um nível estritamente privado. Enquanto no continente não havia matéria-prima para a indústria conserveira, nos Açores existia saturação de atum. Mas, como não havia nem sistemas frigoríficos nem meios de transportes, nada se pôde fazer. A certa altura começou a haver produção de sardinha portuguesa e, também, não havia frigoríficos para a congelar e conservar. Estes exemplos são elucidativos das carências orgâni-

cas, de estrutura e de coordenação que herdámos do fascismo.

Porque razão não existe uma contratação igual em toda a nossa costa?

MR — Fundamentalmente, por razões de ordem histórica. Pois, as contratações fazem-se por ajustamento a partir de uma base já existente e, por outro lado, nalguns casos, a rentabilidade não é idêntica. O que tem as suas influências.

A ideia de contratações e situações idênticas para o mesmo tipo de pesca no nosso país, é o que se pretende atingir. Caminha-se nesse sentido.

Qual a situação das empresas nacionalizadas ou subsidiadas?

MR — Penso que é encorajadora. Temos, por exemplo, o caso da Gelmar que nos demonstra duas coisas. A primeira é a má gestão anterior e, a segunda é a consciencialização e dedicação dos trabalhadores. Foi graças a isso, que a Gelmar duplicou a sua produção em dois ou três meses.

De uma maneira geral, penso que essas empresas estão indo na direcção correcta. Procurando sanear as suas contas, melhorar a comercialização e a

pensar já a sério numa necessária modernização. Algumas iniciaram já novas aberturas. É o caso da Companhia Portuguesa de Pescas e da Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto que conjuntamente, estabeleceram uma companhia mista com Marrocos. Neste momento há outras negociações em curso, às quais, penso que outros armadores se virão a associar.

Julgo que até ao fim do ano, as várias companhias existentes se integrarão progressivamente, criando-se assim empresas de maior dimensão. Pensamos criar uma grande companhia de produção com a, eventual, integração da Sociedade Nacional dos Armadores do Bacalhau, da Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto e da Companhia Portuguesa de Pesca. Pensamos na fusão da Gelmar com o Serviço de Abastecimento de peixe ao País e, criar assim uma grande empresa de congelação, comercialização por grosso e de abastecimento ao País. Pensamos, ainda, transformar as lotas numa empresa pública.

CdP — Quer, para finalizar esta nossa conversa, dirigir algumas palavras aos pescadores?

MR — O que quero dizer está ligado à situação política que atravessamos

neste momento. Nesta hora que vivemos, mais do que nunca, a defesa da Revolução passa por uma ligação muito estreita e um apoio directo entre o Povo e o MFA. As últimas decisões da Assembleia do MFA, são neste aspecto extremamente significativas, já que institucionaliza uma estrutura que permitirá às populações participarem democraticamente na Revolução e na defesa e construção do nosso País.

Apelo aos pescadores e aos trabalhadores ligados à pesca de todo o País para que, neste momento vital para o seu futuro, se mantenham unidos e, para que juntem as suas forças às dos outros trabalhadores e travem o caminho à reacção, defendendo as conquistas já feitas e construindo novas etapas no avanço do processo revolucionário. Os pescadores, pela posição que ocupam na produção nacional, pelos meios de que dispõem — os barcos — podem e devem ser importantes elementos de observação e de vigilância popular. Pois vivem na costa, que é uma zona susceptível de interferência de forças exteriores.

Cabe aos pescadores serem vigilantes, organizarem-se e colaborarem activamente com o MFA e com os partidos progressistas que defendem a via socialista em Portugal, não por palavras mas com actos.

AGRONOMIA

(Cont. da pág. 26)

o fraco volume da sua produção, assim como a sua variação de época para época e de exploração para exploração, a deficiência dos transportes, a falta de instalações apropriadas para o armazenamento e para a transformação dos produtos podem contribuir para que a venda destes se faça em condições de que os pequenos produtores pouco ou nada beneficiem. *Só uma acção e organização em comum poderá contribuir para reduzir ou até eliminar os prejuízos que afectam pequenos e médios agricultores* pelas razões atrás expostas. A existência de cooperativas de venda dos produtos agrícolas (com ou sem transformação consoante os casos) torna possível que os pequenos e médios produtores obtenham do mercado melhores condições para os seus produtos. Este objectivo aplica-se também para a transformação destes, quer ela se faça nestas cooperativas ou em cooperativas próprias para a transformação

Objectivos sociais

Além das vantagens económicas para os pequenos e médios agricultores resultantes das cooperativas, que se criem com eles e para eles, e do seu papel na construção de uma agricultura

verdadeiramente democrática e socialista, as cooperativas de pequenos empresários têm também objectivos sociais de importância. Na verdade, as cooperativas permitem: criar e melhorar progressivamente as condições de assistência na saúde e, de uma forma geral, assistência social às populações rurais; pôr ao serviço destas os diferentes meios de comunicação; dar uma adequada instrução e educação às massas camponesas, com a criação de escolas e de um sistema de formação profissional e geral aos serviços das classes trabalhadoras do campo, criar um espírito de entreajuda e de solidariedade, onde se faça progressivamente a necessária coordenação dos interesses pessoais dos associados (e, portanto, dos agricultores) com os interesses sociais não só da cooperativa como de toda a sociedade.

Os objectivos da cooperação são, não só os de promover economicamente as classes desfavorecidas do nosso campo como também de as elevar a uma vida pessoal e social verdadeiramente digna. *As cooperativas de camponeses têm, por isso, um papel muito importante a cumprir na transformação do nosso mundo rural e, por consequência, na construção de uma agricultura democrática e socialista.* Criá-las e fortalecê-las cada vez mais deve ser uma permanente aspiração e reivindicação das nossas massas

camponesas, assim como dos organismos oficiais responsáveis pela agricultura portuguesa.

BLASCO HUGO FERNANDES

SAÚDE

(Cont. da pág. 27)

um certo número de bactérias que o suco gástrico da criança pode destruir. Se o biberon for conservado no frigorífico, estas bactérias não têm condições de temperatura para se desenvolverem e morrem, ou, pelos menos, não se multiplicam. Se o biberon ficar à temperatura ambiente ou, pior ainda, a uma temperatura de estufa entre 20 a 40 graus, esse escasso número de bactérias em curto tempo atinge um número de milhões, já que o leite e estas temperaturas são óptimos meios de cultura de bactérias.

É pois contra-indicado sair de casa para passear com o bebé, levando o biberon preparado, num saco aquecido. Sempre que se queira dar o biberon fora de casa, deve levar-se a lata com o leite em pó e um «termo» com água fervida, aquecida. O biberon deve ir vazio, embrulhado num guardanapo limpo. Só na altura da mamada se juntará o leite em pó à água.

Se se respeitarem estas técnicas na preparação dos biberons, diminuir-se-á consideravelmente o número de infecções intestinais, tão frequentes nas crianças alimentadas a biberon.

Não é de mais insistir que o biberon, após preparado, deve ser tomado imediatamente ou conservado no frigorífico. Meia hora após ter sido preparado, todo o biberon deve ser considerado como possível foco de infecção e, portanto, impróprio para ser consumido pelo bebé. Igualmente os restos que o bebé deixa no biberon devem ser despejados e nunca guardados para dar mais tarde.

No que diz respeito ao horário do biberon pode repetir-se aqui o que se disse em relação ao horário da mamada, na alimentação natural: o ritmo dos biberons varia com a idade e ainda de caso para caso, devendo respeitar-se o apetite do bebé, não impondo horários rígidos.

Uma criança com desenvolvimento normal deve ficar saciada em cada mamada, pelo que convém que o biberon seja suficiente para que não fique com fome. Não devemos ter a preocupação de obrigar o bebé a ingerir totalmente os biberons indicados pelo médico, pois estes devem ser suficientemente fortes para permitirem que o bebé deixe um pequeno resto, garantia que fica satisfeito.

Quando alimentada a biberon, a criança necessita dos mesmos cuidados e tranquilidade e ternura que a mãe lhe dispensa, quando amamenta. Assim, o biberon deve ser dado com a criança ao colo, dispondo de tempo e dispensando-lhe conforto e ternura. Se a criança parar de mamar, deve tirar-se a tetina da boca, mudar-lhe a posição ou estimulá-la com carícias na face ou nos pés, sorrindo-lhe, falando-lhe, enfim dedicando-lhe afecto, já que esses períodos de alimentação são os mais importantes para as relações da mãe com o filho.

As tetinas não devem ter os furos tão pequenos que obriguem a criança a dispendir muito esforço na sucção, mas também não deverão ser tão grandes que forcem a criança a mamar muito rapidamente ou a «engasgar-se». Os furos muito amplos na tetina apressam a mamada, mas obrigam a criança a deglutir ar, criando transtornos digestivos, cólicas intestinais e vômitos.

A hora do biberon deve ser, para o bebé, a hora de maior prazer, e a esse prazer deve estar ligado o ambiente de maior segurança e ternura, a fim de não criar perturbações nervosas que podem ter graves repercussões no futuro da criança.

A alimentação láctea, natural com o leite materno, ou artificial com o leite de vaca, dá satisfação às necessidades alimentares para o bom desenvolvimento da criança nos 3 primeiros meses de vida.

Após este período há que introduzir outros alimentos na dieta da criança.

Da alimentação infantil após o terceiro mês falaremos proximamente.

MARIA DE LURDES PIRES NEVES

PINTURA

(Cont. da pág. 22)

manifestações de vida e alegria populares.

Os desenhos produzidos na sala de pintura devem ser levados para casa pelas crianças, mostrados aos pais, usados na decoração das suas próprias casas, da sala de pintura, das salas de aula e dos serviços públicos. Para além disso, deverão ser organizadas exposições periódicas, abertas a toda a população.

Sobre o funcionamento da sala de pintura, resta dizer que antes de terminar cada sessão o monitor deverá limpar a sala, o material, e deixar tudo preparado para o dia seguinte.

A actividade de pintura é uma actividade circum-escolar, não substitui de modo algum a presença e a assiduidade à escola, não transmite os conhecimentos que a criança só na escola regular pode adquirir mas ocupará da melhor maneira os seus tempos livres. Essa actividade contém em si um alto valor educativo, mas deverá funcionar em conjunto com outras actividades, como os trabalhos manuais (trabalhos em madeira, cerâmica, papel, verga, etc.), actividades teatrais (em quase todas as localidades deveria estar em funcionamento um grupo de teatro amador e outro de teatro infantil) e finalmente a animação desportiva, essencial ao equilíbrio físico da criança, devendo toda esta actividade ser enquadrada por uma alimentação tão racional quanto possível.

FILIPE ROCHA DA SILVA

«Casa da Criança»

(Cont. da pág. 17)

Do estado de abandono em que o imóvel se encontra, em consequência do desinteresse da Fundação Bissaya Barreto pela sua conservação, resultou que o edifício principal está bastante danificado e carece de grandes obras de reparação. Segundo a opinião do Provedor da Misericórdia de Pedrógão Grande, afigura-se de grande interesse para a resolução deste caso, a revogação da portaria, pela qual o Estado cedeu gratuitamente todos os imóveis, atrás referidos, à Fundação Bissaya Barreto.

Após uma reunião efectuada na Câmara Municipal de Pedrógão Grande, foi deliberado constituir uma comissão com representantes da Câmara Municipal, Misericórdia, Centro de Saúde, Casa do Povo, e Juntas de Freguesia, com o objectivo de efectuar o estudo profundo da situação da Casa da Criança de Pedrógão Grande face à Fundação Bissaya Barreto, tendo em consideração os seguintes aspectos:

a) Propor a transferência do imóvel da Casa da Criança para o património da Misericórdia,

ARQUITECTURA

(Cont. da pág. 25)

conceito de bem imobiliário herdado da velha concepção agrária; os prédios, as casas, são bens que se compram, que se transmitem, que se negociam, que se pagam ao jogo, que dão segurança às viúvas, que dão prestígio e algum poder.

A tal ponto isto é assim que quase se perdeu de vista a sua finalidade essencial. E esta perspectiva deformada estende-se à cidade: a um espírito alienado só é acessível a realidade alienada da cidade.

No entanto a nossa experiência de todos os dias é dura e concludente nesse aspecto: vive-se mal na cidade; e mais mal vive quem pouco tem. Passar do simples estado de experiência ao estado de consciência destes problemas, eis o passo mais importante no caminho da cultura e, portanto, da acção concreta contra os aspectos negativos e repressivos do meio ambiente.

Para isso, para repor a razão no processo, não há técnicas que, por si só, nos valham, por maior que seja a sua erudição e boa vontade; pois na maior parte dos casos, a super-racionalização dos processos produtivos, apenas serve para escamotear a irracionalidade social do produto.

Para isso, o principal é tomar o poder sobre o meio e a sua gestão, como forma de luta contra a tecnocracia ao serviço da exploração, e contra a burocracia.

M. TAINHA

com vista a que, possam ser nele instaladas obras locais de assistência-creche, jardim de infância e lar para pessoas idosas.

- b) Propor à Fundação Bissaya Barreto que reponha as instalações do edifício principal em condições de funcionamento idênticas, pelo menos, às que existiam aquando do encerramento da Casa da Criança.
- c) Promover e incentivar a constituição de uma comissão de pais de crianças.

Várias tentativas têm sido feitas sem resultado, para a realização de uma reunião com a presença de um representante da Fundação Bissaya Barreto, a fim de ser conseguida a resolução deste assunto.

Cabe à população da zona de Pedrógão Grande, de uma forma organizada, tomar nas suas mãos a abertura da Casa da Criança, que lhe pertence e para cuja compra contribuiu, nem que para isso seja preciso ultrapassar burocracias.

NORMAS DE HIGIENE

DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS ALIMENTARES



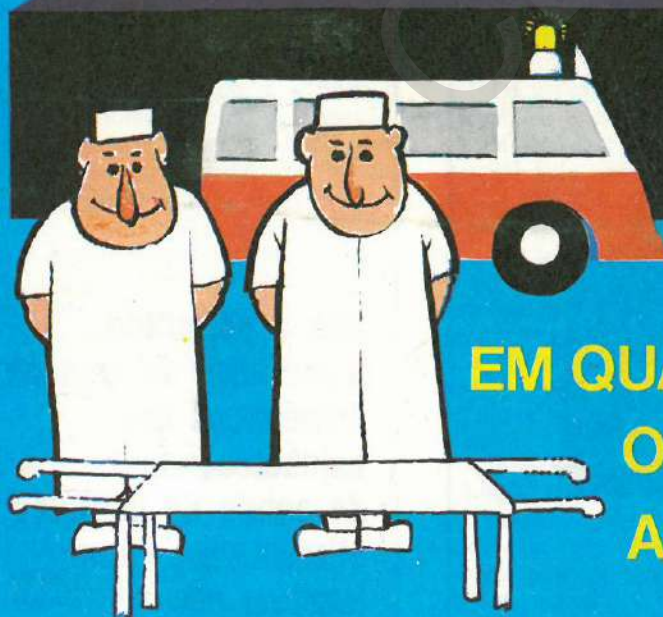
Não podem ser usados inseticidas e detergentes nas montras, vitrinas, móveis expositores, tabuleiros, travessas e outros utensílios quando contemham produtos alimentares. No caso de utilização de inseticidas, todos os produtos devem estar resguardados



Não é permitida a presença de animais domésticos nos estabelecimentos de venda de produtos alimentares, como também não é permitido o abate de animais nesses estabelecimentos

115

NÚMERO NACIONAL DE EMERGÊNCIA



EM QUALQUER PONTO DO PAÍS
O **115** ESTÁ AGORA
AO SERVIÇO DO POVO

NA EMERGÊNCIA MARQUE O **115**

GRASSA

